



UC/FPCE_2010

Universidade de Coimbra
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

As Crenças Generalizadas de Confiança Interpessoal e a Conduta de Cooperação no Jogo “*Dilema do Prisioneiro*” em Crianças do 5º e do 6º anos de escolaridade.

Alice Machado Mendes (e-mail: alicemachadomendes@hotmail.com)

Dissertação de Mestrado em Psicologia da Educação, Desenvolvimento e Aconselhamento sob a orientação da Professora Doutora Maria São João Brêda e da Professora Doutora Maria da Luz Vale Dias.

As Crenças Generalizadas de Confiança Interpessoal e a Conduta de Cooperação no Jogo “Dilema do Prisioneiro” em Crianças do 5º e do 6º ano de Escolaridade.

Resumo: Após a síntese histórica e a revisão de algumas perspectivas teóricas actuais sobre Confiança Interpessoal e sobre Cooperação, destacando em particular os contributos conceptuais de Rotenberg sobre a confiança (*trust*) nas crianças, o presente estudo, destina-se a prosseguir o processo de construção e de validação de uma versão portuguesa de uma medida de confiança interpessoal em crianças de Rotenberg (2008), iniciado numa investigação anterior, inspirado num instrumento em particular (*Cross-Cultural Children's Trust Beliefs - CCCTB*), (Rotenberg et. al, 2005; 2008). Uma vez que a escala, na sua versão inicial já havia demonstrado alguma qualidade psicométrica nos seus principais *scores*, avançamos neste estudo para a investigação da sua validade mediante a relação entre este constructo (crenças de confiança interpessoal) e um outro cuja relação tem sido empiricamente demonstrada, que constitui a conduta de cooperação (abordada com medidas comportamentais e cognitivas na situação de jogo do Dilema do Prisioneiro) (Ahn et. al, 2001).

Palavras-chave: confiança interpessoal, cooperação, Dilema do Prisioneiro.

Beliefs and Interpersonal Generalised Trust Conduct Cooperation in the Game “Prisoner’s Dilemma” in Children of the 5th and 6th Year of Schooling.

Abstract: After a review of some theoretical perspectives on Interpersonal Trust and on Cooperation, highlighting in particular the works of Rotenberg about trust (*trust*) in children, this study intended to continue the process of construction and validation of a specific measure of interpersonal trust in children, initiated in previous research, inspired by a particular instrument (*Cross-Cultural Children's Trust Beliefs - CCCTB*), (Rotenberg et al., 2005; 2008). Once the original version of the scale, had already shown some quality in their main psychometric scores, we proceeded in this study to investigate its validity upon the relationship between this construct (beliefs of interpersonal trust) and another, with which a relationship has been empirically demonstrated, the conduct of cooperation (measured with cognitive and behavioral indicators in the context of Prisoner's Dilemma games) (Ahn et al., 2001).

Key Words: interpersonal trust, cooperation, Prisoner's Dilemma.

Agradecimentos

À Doutora Professora Maria São João Castilho Brêda e Doutora Maria da Luz Vale Dias, pela disponibilidade em me receberem semana após semana e inculcar um sentido de responsabilidade e dinamismo e pelas opiniões sensatas e interesse no meu trabalho.

Aos alunos, pela simpatia, pela oportunidade de crescimento que me proporcionaram, pelo carinho, afecto e amizade. Sem eles nada disto teria sido possível.

Aos meus pais, por me terem dado a oportunidade de realizar o meu sonho e por serem o suporte fundamental da minha vida, ao longo de todos estes anos. Sem eles não seria a pessoa que sou hoje. Amo-vos!

Ao meu irmão Alexandre, pela preocupação, amizade, carinho e incentivo ao longo deste percurso.

Ao Tiago, por toda a amizade e amor demonstrados, pelo incentivo de todos os dias e pela companhia em todos os momentos da minha vida.

À minha companheira de casa, Filipa, que me acompanha há cinco anos, agradeço por estar sempre comigo nos bons e maus momentos e por contribuir para que esta etapa seja única e inesquecível. Sem ela não teria sido possível chegar até aqui. Adoro-te!

À Iolanda, que caminhou sempre do meu lado, por toda a incondicionalidade, por toda a amizade e por nunca me deixar desistir. Sem ela nada disto teria o sabor da vitória que tem. Adoro-te!

À Vera, Andreia e Célia, por todo o incentivo e ânimo, por nunca me deixarem sozinha e me fazerem acreditar que isto era possível.

O lugar onde cheguei devo-o a todos os que partilharam comigo este sonho. Obrigada por acreditarem em mim e nunca desistirem, nem tão pouco me deixaram desistir. A vocês devo a minha caminhada e a minha conquista, porque com vocês aprendi a renascer!

Índice

Introdução.....	1
I – Enquadramento conceptual (revisão da literatura).....	3
1.1. <i>Definição de confiança interpessoal</i>	3
1.2. <i>Abordagem da confiança interpessoal dentro da situação grupal</i>	5
1.3. <i>Ao nível das consequências na sociedade mais vasta</i>	7
1.4. <i>Operacionalização do construto e medidas de confiança interpessoal</i> ...	8
1.5. <i>Variáveis relacionadas com confiança interpessoal: a cooperação</i>	8
1.6. <i>A confiança e a conduta cooperativa nos jogos</i>	10
2. Teoria Subjacente ao Modelo de Rotenberg	13
2.1. <i>Quadro teórico</i>	13
2.2. <i>Escalas de confiança interpessoal para crianças</i>	14
II – Questões de investigação	14
♦ <i>FASE 1:</i>	15
♦ <i>FASE 2:</i>	15
III – Metodologia.....	17
Estudo 1	17
1.1. <i>Descrição da amostra</i>	17
1.2. <i>Instrumento</i>	17
1.3. <i>Procedimento</i>	18
1.4. <i>Resultados da Fase 1</i>	20
Estudo 2	21
2.1. <i>Sujeitos</i>	21
2.2. <i>Instrumentos</i>	21
2.3. <i>Procedimentos</i>	22
2.3.1. <i>Procedimentos relativos aos dados e tratamentos estatísticos</i>	23
2.4. <i>Resultados</i>	24
V – Discussão.....	30
VI – Conclusões	33
Limitações do presente estudo e perspectivas futuras de investigação.	35
Bibliografia.....	37
Anexos.....	40

Introdução

A confiança é uma variável significativa na personalidade das crianças e no seu desenvolvimento social e intelectual. Apesar de terem sido desenvolvidos trabalhos que exploram o comportamento adulto nesta temática, tem-se verificado recentemente um crescimento do interesse pelo seu estudo no que respeita às crianças, com particular ênfase no desenvolvimento de confiança nas relações de amizade (Bernath & Feshbach, 1995).

Embora os temas de confiança e traição tenham sido objecto de reflexão de filósofos e políticos, a investigação sistemática de confiança por parte dos cientistas sociais é relativamente recente. No final de 1950 o estudo empírico de confiança cresceu, crendo-se que a partir de um contexto da Guerra Fria e de um sentimento de optimismo, uma solução científica podia ser encontrada para a corrida ao armamento (Deutsch, 1958). No final dos anos 1960 e num contexto em que surgia uma geração de jovens desiludidos e desconfiados das instituições e autoridades da sociedade, o estudo da confiança foi orientado em torno da noção de um traço de personalidade generalizada (Rotter, 1967). Com as taxas de divórcio crescentes e as mudanças radicais na família norte-americana, a pesquisa sobre a confiança voltou-se para as relações interpessoais no início de 1980 (Johnson-George & Swap, 1982; Larzelere & Huston, 1980; Rempel, Holmes & Zanna, 1985). Na década de 90, com as mudanças ao nível tecnológico e na sociedade, a confiança volta a emergir como objecto de estudo de várias áreas, entre elas, a sociologia, a economia e a ciência organizacional (Gambetta, 1988; Kramer & Tyler, 1996; Shaw, 1997). Posteriormente, este constructo foi mais enfatizado no contexto da instituição escolar (cit. in Hoy & Tschannen-Moran, 1999, p.185).

Não é de estranhar que a natureza e o significado de confiança nas escolas tenham tomado recentemente uma importância acrescida. A complexidade do ambiente escolar, onde os alunos se inserem, determina novas formas de relacionamento entre estes. Deste modo, verificou-se a importância das redes de relacionamentos interpessoais para a efectivação das acções de cooperação, ao promoverem a credibilidade, segurança e confiabilidade dos seus membros no sistema.

A confiança é uma forma de reduzir a incerteza (Holmes & Rempel, 1989) e saber se as nossas expectativas em relação aos outros serão confirmadas. Porquanto as situações em que ela está em jogo são aquelas nas quais temos pouca informação ou poucas garantias sobre a conduta de outrem com impacto no próprio, e conseqüentemente, não podemos saber se as nossas expectativas em relação aos outros serão confirmadas. A confiança é frequentemente concebida como uma forma de superar essa incerteza enquanto sentida por uma pessoa em relação a outra (s), ao incluir um mecanismo de regulação dessa conduta interpessoal, designadamente, mediante a construção da reputação, e das suas conseqüências sociais. (Seligman, 1997). Nesta acepção, a confiança envolve as pessoas mas diz

As Crenças Generalizadas de Confiança Interpessoal e a Conduta de Cooperação no Jogo

“Dilema do Prisioneiro” em Crianças do 5º e do 6º ano de Escolaridade.

Alice Machado Mendes (e-mail: alicemachadomendes@hotmail.com) 2010

respeito a processos de um sistema social de que fazem parte e cujo funcionamento permite que os membros tenham expectativas em relação à conduta de outros nas interações em que se encontram envolvidos.

A confiança não só reduz a incerteza, mas também mantém a ordem, diminuindo a complexidade das operações e tornando as trocas muito mais rápidas (é um mecanismo mais básico subjacente a uma parte destas trocas). É por isso um alicerce para relacionamentos coesos e produtivos nas organizações (Baier, 1986; Parsons, 1960), pois é necessária para uma cooperação e comunicação efectiva (Powell, 1990, 1996) (cit. in Hoy & Tschannen-Moran, 1999, p.185). Esta confiança é fundamental para a sobrevivência humana e para o funcionamento de uma sociedade complexa e interdependente. Lemos aqui a interligação estreita entre a confiança interpessoal e a cooperação (conduta de cooperação).

Ao longo deste estudo e partindo de uma revisão da ampla gama de significados e funções de confiança, iremos rever as concepções sobre a confiança interpessoal, as crenças que a ela correspondem (crenças de confiança interpessoal), centrando-nos com mais pormenor na confiança interpessoal nas crianças e na conduta cooperativa (expectativas e escolha de conduta cooperativa no jogo do dilema do prisioneiro).

O principal objectivo do estudo empírico incide sobre a avaliação das crenças de confiança interpessoal em crianças, baseada no modelo de Rotenberg (2008), prosseguindo e aplicando os resultados de um estudo anterior sobre a adaptação de uma versão portuguesa da escala multicultural de crenças generalizadas de confiança interpessoal para crianças (CCCTB), e estudando a capacidade desta medida revelar associações com um construto no âmbito das relações interpessoais das crianças que lhe está conceptualmente próximo, o de cooperação.

No ponto de partida deste trabalho, procedemos à análise do ajustamento do modelo de Rotenberg (2008) aos dados recolhidos com a passagem da versão portuguesa da escala multicultural de crenças de confiança interpessoal às crianças da nossa amostra. Esta versão radica na Escala Multicultural de Crenças Generalizadas de Confiança Interpessoal para Crianças, na sua versão original *Cross-Cultural Children's Trust Beliefs – CCCTB* (Rotenberg, Sakai, Betts, & Maeshiro, 2008). Numa primeira fase, a nossa investigação incidiu na revisão da estrutura e das características psicométricas (fidelidade) da escala, designadamente, da sua composição em sub-escalas e no funcionamento dos itens (os originais e os novos itens específicos da versão portuguesa). Adicionalmente, e exclusivamente com o propósito de suporte de uma representação intuitivamente mais acessível dos dados específicos desta amostra (para comparação com os do estudo anterior, conduzido com uma outra amostra), aplicámos também uma análise factorial exploratória, como complemento da análise de correlação entre os itens. O propósito deste passo foi o de equacionar sugestões para um melhoramento da escala, quanto a aspectos específicos do seu funcionamento.

A revisão da estrutura e das características psicométricas da escala foi realizada segundo as indicações de procedimento do autor da escala, o qual

sugeriu uma redução de itens da versão inicial de 36 para uma outra de 24 itens: uma vez que este modelo de 24 itens já fora construído com base nos resultados do anterior estudo, procedeu-se no presente de ao seu teste mediante metodologias confirmatórias.

Seguidamente, foi utilizado o método correlacional para compreender relações entre variáveis de confiança interpessoal e de cooperação. Esta última variável foi operacionalizada na conduta cooperante em situações de jogo do dilema do prisioneiro, tendo sido construídos indicadores para a preferência quanto aos resultados do jogo (medir a preferência pela cooperação no âmbito deste tipo de situação, guiadas pelo conceito de diferenças interpessoais na preferência por um resultado igualitário e pela cooperação neste jogo, e pela sua relação expectável com o conceito de confiança interpessoal, relação teórica mediada em parte pela noção de maior ou menor propensão a superar um dos obstáculos à conduta cooperativa neste dilema) e o medo de ser “traído” pelo parceiro - a superação desta incerteza na nossa hipótese remete para diferenças no nível das crenças de confiança interpessoal. Foram ainda analisados, como indicadores: as expectativas quanto à conduta do par; as decisões próprias quanto à escolha nesse jogo, e a conduta cooperativa efectiva, tendo esta última sido analisada tanto a nível individual, quando da díade de crianças que foram parceiros no jogo, ao longo de várias jogadas do mesmo.

Adicionalmente, e com vista a uma exploração do efeito potencial de variáveis emocionais das situações de dilemas como o dilema do prisioneiro, e em geral, das situações de cooperação, na conduta cooperante das crianças, foram estudadas versões diferentes do jogo (no total de 4 versões), com a única finalidade de analisar até que ponto as crianças as diferenciavam na sua conduta cooperante, ou se não se evidenciavam diferenças entre estas versões do dito dilema.

I – Enquadramento conceptual (revisão da literatura)

1.1. Definição de confiança interpessoal

A confiança é um elemento crítico em toda a aprendizagem humana (Rotter, 1967) no que diz respeito à cooperação (Deutsch, 1958, Osgood, 1959), liderança (Sergiovanni, 1992), eficácia na escola (Hoy and Sabo, 1998) em virtude de a educação na actualidade depender fortemente de uma instituição complexa (que envolve ligações de expectativas recíprocas em relação a um conjunto de agentes (Hoffman, Sabo, Bliss, & Hoy, 1994) (cit. in Hoy & Tschannen-Moran, 1999, p.184).

No âmbito da teoria e da pesquisa psicológica, a confiança interpessoal foi associada inicialmente a traços de personalidade, como seja o de misantropia, mas ulteriores teorias trouxeram uma diversificação das definições, bem como o alargamento dos aspectos da confiança estudados (Lundäsen, 2002).

A revisão da literatura revelou mais de 150 artigos sobre a confiança,

com uma sucessão de tópicos correntes, identificando situações comuns de confiança (Hoy & Tschannen-Moran, 1999). Mas o que é a confiança (*trust*)? O que significa *confiar* em alguém? Quais os aspectos envolvidos na confiança? Seguindo diferentes modelos teóricos específicos, muitos autores têm apresentado propostas teóricas para a explicação dos processos pelos quais as pessoas orientam as suas interações umas com as outras de diversas formas, enfatizando vários aspectos e focalizando níveis diferenciados de análise, tendo em conta (1) a complexidade multifacetada do constructo confiança, (2) os juízos/operações cognitivas do agente individual, para além da interação e participação em grupos ou comunidades e (3) a conduta activa da pessoa ao envolver-se em situações de confiança interpessoal.

Para Rosenberg (1956), a confiança relaciona-se com a *fé* nas pessoas, que está provavelmente ligada ao facto de que alguém manterá a sua palavra (Robinson & Jackson, 2001, cit. in Lundäsen, 2002). Adler, por sua vez, fala no *sentimento social*, que é o “facto de se sentir tocado pelos outros e a necessidade de com eles cooperar” (cit. in Hansenne, 2004). Para Deutsch (1958), a definição de confiança compreende tanto a noção de “relevância motivacional” como a de “previsibilidade”. Esse conceito de confiança é um pouco mais sofisticado, na medida em que envolve expectativas de acontecimentos que ocorrerão no futuro e a possibilidade de sofrer algum tipo de perda se a confiança não for correspondida (Lundäsen, 2002). Yamagishi (1998) assume que a confiança generalizada é a expectativa básica de um comportamento não-explorador da contraparte, até que se prove o contrário, enfatizando a relevância do risco ou da incerteza social ao tratar da confiança, fazendo a distinção entre confiança e segurança (Lundäsen, 2002). Baier (1986) e Hosmer (1995) definem a confiança como uma conduta socialmente correcta. Na perspectiva economicista, Coleman diz que a confiança pode ser subsumida num cálculo entre custos e benefícios, baseados na valorização das consequências de violar ou preservar a relação e a confiança com o outro (Tschannen-Moran e Hoy, 2000), olhando para a confiança como uma conduta racional (probabilidade) (Coleman, 1990). Por sua vez, Bradach e Eccles (1989) apontam para um aspecto não racional, ou que ultrapassa uma operação meramente cognitiva. Zand (1971) fala sobre o papel activo do sujeito ao colocar-se sob a ressalva de uma situação de vulnerabilidade e cedência de controlo face ao outro ao estabelecer uma relação de confiança interpessoal. Butter e Contrell (1984) apontaram para a multidimensionalidade do constructo, tendo em conta as várias facetas como a competência, fidelidade e a abertura a dar informação pessoal. Rousseau, Sitkin, Burt & Camerer (1998) definem confiança como “um estado psicológico que compõe a intenção de aceitar a vulnerabilidade com base positiva nas expectativas sobre as intenções ou o comportamento de outro (cit. in Hong, K., Bohnet, I. 2007). Fukuyama (1995) remete para uma base ou fundamento social e comunitário/grupal da confiança (Tshannen-Moran &Hoy, 2000, p.552-555).

A confiança pode ser definida como “um conjunto de expectativas compartilhadas por todos aqueles envolvidos em uma troca, com base na

reciprocidade e boa vontade, influenciadas pelo contexto institucional” (Newell & Swan, 2000, cit. in. Sato, 2003). Hosmer (1995) conclui que a confiança está nas expectativas de uma pessoa, grupo ou organização, baseadas em comportamentos eticamente justificáveis pelos actores sociais (juízo moral da confiança).

À medida que a investigação foi progredindo, a definição do conceito também foi sofrendo algumas variações. A maioria das pesquisas tem sido coerente com posições teóricas como as de Erikson ou de Rotter. Do ponto de vista psicodinâmico, Erikson (1950) tem visto este constructo como um sentimento de confiança básica “de fé em si mesmo e do mundo”, construído pela criança nas fases iniciais do processo de desenvolvimento, pelo sucesso na auto-regulação interna e das funções corporais. Rotter (1954) foi particularmente influente na promoção de uma visão alargada da confiança como um fenómeno cognitivo aprendido (Bernath & Feshbach, 1995), e em particular envolvendo as crenças, tendo por referência a propensão para acreditar nas palavras e acções de terceiros para o próprio (cit in Betts, Rotenberg & Trueman, 2008), estimulando, desta forma, a investigação sobre a confiança interpessoal.

Uma variável importante a ter em conta é a *conduta de confiança* ou *conduta confiante* (Messick & Kramer, 2000). Apesar de esta conduta ser algo relacionado a nível teórico com o construto de confiabilidade percebida, há uma distinção entre os dois conceitos, que radica na diferença entre a “avaliação do carácter do outro” e as “expectativas definidas sobre as suas acções”, que, neste caso, serão expectativas de reciprocidade ancoradas na confiança (cit. in Tanis & Postmes, 2005, p.414).

As relações são contínuas. Os indivíduos relacionam-se com a mesma rede de pessoas, e quando não há confiança também não existe um incentivo para se comportar de maneira confiável, que permita desenvolver uma reputação de confiabilidade e reunir os benefícios de relações de confiança (Hoy & Tschannen-Moran, 1999). A confiança diminui quando os sujeitos se sentirem forçados a exercer auto-protecção contra o comportamento oportunista por parte dos outros. Na falta de confiança, as pessoas são cautelosas, receiam correr riscos e exibem mais comportamentos de protecção de si próprias (proteccionismo) a fim de defender os seus interesses (Hoy & Tschannen-Moran, 1999), dado que a confiabilidade percebida pelo sujeito, que se estabelece no domínio perceptivo, vai condicionar o modo de encarar as palavras e os actos dos outros (Tanis e Postmes, 2005). Daí uma ênfase acrescida na noção de confiança interpessoal, no que respeita à credibilidade das palavras e bondade das intenções, influenciadas por factores contextuais e específicos de cada relação interpessoal (Hosmer, 1995; Lewicki & Bunker, 1995; Mellinger, 1956, cit. in Tanis & Postmes, 2005, p.413).

1.2. Abordagem da confiança interpessoal dentro da situação grupal.

Existiu a necessidade de considerar outro tipo de variáveis específicas das situações em que os grupos interagem, variáveis essas que, provindo dos

As Crenças Generalizadas de Confiança Interpessoal e a Conduta de Cooperação no Jogo “Dilema do Prisioneiro” em Crianças do 5º e do 6º ano de Escolaridade.

Alice Machado Mendes (e-mail: alicemachodomendes@hotmail.com) 2010

indivíduos, se constituem como situações e, enquanto tal, configuram as relações. Esta hipótese da importância das relações que os grupos estabelecem para gerir os objectivos que querem atingir, e das suas consequências no comportamento dos indivíduos que neles se integram, foi designada por Campbell (1965) como *teoria dos conflitos realistas dos grupos* (Garcia-Marques, L., 2000).

Deste modo e do ponto de vista psicológico, a confiança pode ser dividida em três níveis diferentes: *confiança generalizada* (na natureza humana), *confiança relacional* (relacionada com pessoas conhecidas específicas) e *confiança na rede* (nível intermediário relacionado com as redes sociais ou familiares) (Couch & Jones, 1997). Para estes autores, pelo menos a confiança relacional e a confiança generalizada são duas variáveis separadas; quanto à confiança na rede, não está claro se ela se distingue suficientemente das outras duas variáveis. Qual é então a diferença entre confiança dentro do grupo e confiança generalizada? No primeiro caso, a confiança está relacionada a pessoas que são conhecidas por quem confia e o risco é bastante limitado devido ao acesso à informação e à história do comportamento anterior. La Porta (1997) afirma que a inclinação a confiar em estranhos tem maior importância devido às implicações envolvidas na intensificação do comportamento cooperativo geral. A confiança generalizada aumentaria a probabilidade de conseguir uma reciprocidade geral e, portanto, facilitaria a acção colectiva. Pode haver muita confiança dentro do grupo, como na categoria familiar: pais, professores e pares (se as crianças confiarem nestas figuras das suas relações, estarão em melhores condições de em particular confiar no que um dado par fará numa situação relativamente nova - variância das crenças expressas que se deve às diferenças individuais do agente do juízo da confiança – embora, também haja uma parcela da variância devida ao alvo específico desse juízo - no nosso caso, o par específico (Rotenberg, 2001), mas baixa confiança nos outros em geral (Lundäsen, 2002).

Yamagishi (1998) sustenta que as relações estreitas dentro do grupo têm um efeito de “*fechamento*” em relação ao grupo de fora, inibindo a criação de confiança generalizada. Salientou a distinção do filósofo Putnam (1993), entre uma confiança *densa* e uma outra *delgada*, em que a *densa* seria a confiança baseada no conhecimento directo e interactivo (face a face) entre os indivíduos com baixo risco, ao passo que a *delgada* seria mais uma confiança mediada, com conhecimento limitado e maior risco envolvido para a rever e elaborar. É interessante observar que Yamagishi *et al.* (1999) descobriram que pessoas com altos índices na escala de confiança são também menos fáceis de enganar do que aquelas que apresentam índices baixos na mesma escala, concebendo que lhe está subjacente uma competência na leitura de informação interpessoal. Explica-se o aparente paradoxo pelo facto de que os indivíduos com alta inteligência social são capazes de manter níveis altos de confiança, enquanto que as pessoas com capacidade empática mais baixa não possuem essa capacidade. Os indivíduos que revelam índices altos na escala de confiança generalizada são também mais sensíveis à informação negativa relacionada com a

confiabilidade de um “actor” (Yamagishi *et al.*, 1999), por outras palavras, conseguem mais facilmente detectar quando um indivíduo não é confiável. Invertendo esse resultado, haveria a possibilidade de pessoas com baixa confiança serem exploradas com mais facilidade, pois são menos rápidas a captar a informação negativa do que aquelas que exibem altos níveis de confiança (Lundäsen, 2002).

1.3. Ao nível das consequências na sociedade mais vasta

Diz-se que a confiança generalizada, ao contrário da confiança dentro do grupo e a desconfiança fora do grupo, exerce importantes influências sobre vários aspectos da sociedade e Putnam (1993) alegou que diferentes níveis de confiança generalizada e, posteriormente, diferentes níveis de capital social levam a diversos níveis de desenvolvimento. Na sociologia, Patife (1967) aponta a confiança como uma expectativa generalizada de que os outros manterão a sua palavra ou promessa (Bernath & Feshbach, 1995). No âmbito da Psicologia, Rotter concebia a confiança como a crença de que a expectativa gerada pelo outro será por ele realizada.

Hoy (1999), Dunn e Schwertzer (2005), dão ênfase à confiança grupal nas instituições e organizações porque a confiança é fundamental para vivermos em sociedade.

Se por um lado, a pertença grupal do alvo constitui uma base de inferência das expectativas de reciprocidade e da conduta de confiança, por outro lado, será no nível interpessoal de confiabilidade que se desencadeará não só um incremento nas expectativas de reciprocidade dentro do grupo (*in group*) como também a génese de percepções mais favoráveis em relação aos membros de fora do grupo (*out group*) (Tanis & Postmes, 2005). Sempre que há informação sobre o alvo e este é identificável (nível interpessoal), a variável de confiabilidade interpessoal desencadeia expectativas de reciprocidade, e esta medeia o impacto de confiabilidade na conduta confiante.

De acordo com Bacharach e Gambetta (2000), os indivíduos usam certos sinais para interpretar a confiabilidade dos outros. Mas haveria um modo de transferir confiança de um grupo de pessoas conhecidas para um nível generalizado de pessoas (Coleman, 1990), em que há um papel de agentes mediadores facilitador dessa transferência. Por exemplo: A conhece B, mas não conhece C, que é conhecido de B; A pode então confiar em C por meio da relação que A tem com B. Porém, nesse contexto racional é difícil ver como se pode confiar nas pessoas “em geral”; pois a confiança está relacionada com a informação e o contexto em cada situação específica (Lundäsen, 2002). Isso significa que as medidas de confiança global estão mais ligadas às emoções e a características pessoais do que às experiências de relações passadas (Couch & Jones, 1997, cit. in Lundäsen, 2002).

1.4. Operacionalização do construto e medidas de confiança interpessoal

Tendo em conta uma revisão da literatura relativa aos estudos publicados entre as décadas de 60 a 90, fundou-se um modelo da dimensionalidade do constructo. Para Tshannen-Moran & Hoy (2000), na confiança está pressuposto um risco e vulnerabilidade do indivíduo em relação a outro (interdependência). Como a confiança é multifacetada, foram identificadas facetas que nos ajudam a perceber este conceito: a Segurança (*Confidence*) a Benevolência (*Benevolence*), a Fidelidade (*Reliability*), a Competência (*Competence*), a Honestidade (*Honesty*) e a Abertura (*Openess*). A *Segurança (Confidence)* é o grau de confiança que se tem numa situação, onde existe uma aceitação positiva da incerteza e vulnerabilidade a fim de sustentar uma acção ou uma atitude de confiança (Tshannen-Moran & Hoy, 2000). A *Benevolência (Benevolence)* é a faceta mais comum da confiança e refere-se à segurança em como o bem-estar próprio, ou de alguém com quem o sujeito se preocupe, irá ser protegido pelo parceiro ou grupo, com a certeza de que o outro não irá explorar ou tirar proveito dele. A *Fidelidade (Reliability)* é a medida em que se pode contar com o outro para atingir um fim, combinando uma sensação de previsibilidade com benevolência. A *Competência (Competence)* revela que as boas intenções não são suficientes e envolve níveis de expectativas que temos em relação às pessoas. A *Honestidade (Honesty)* refere-se ao carácter, integridade e autenticidade das pessoas. A *Abertura (Openess)* é o processo em que as pessoas se tornam vulneráveis ao partilhar informação pessoal com os outros, sinalizando um tipo de confiança recíproca (Hoy & Tshannen-Moran, 1999).

Rotter e os seus colaboradores (1967, 1971) desenvolveram o primeiro instrumento de medida da confiança interpessoal – *Interpersonal Trust Scale (ITS)*, no qual ficaram patentes os fundamentos da operacionalização ou de elaboração empírica do constructo, tal como foi prosseguido, refinado e desenvolvidos em estudos subsequentes até à actualidade (Wright & Tedeschi, 1975). Apesar de a escala produzir quatro factores, só três foram identificados como alvos de confiança: *a confiança política* (espelha a crença de que os políticos e os *média* são de confiança), *a confiança paternal* (reflete a convicção na fidelidade da autoridade) e *a confiança em estranhos* (mede o grau de fúcia em estranhos e o grau de vulnerabilidade a potenciais exploradores) (Wright & Tedeschi, 1975).

1.5. Variáveis relacionadas com confiança interpessoal: a cooperação

Na perspectiva de Hansenne, (2004) as diferenças entre os indivíduos são, acima de tudo, psicossociais. Aponta para um dos factores de maior importância ser o sentimento social, ou seja, o acto de se sentir tocado pelos outros e a necessidade de com eles cooperar (Hansenne, 2004). Do ponto de vista psicológico, acredita-se que variáveis relativas aos primeiros anos de vida influenciam os níveis de confiança, mas além dessas, durante o processo de socialização, muitas outras são também influentes. Pesquisas

As Crenças Generalizadas de Confiança Interpessoal e a Conduta de Cooperação no Jogo

“Dilema do Prisioneiro” em Crianças do 5º e do 6º ano de Escolaridade.

Alice Machado Mendes (e-mail: alicemachadomendes@hotmail.com) 2010

empíricas mostraram que a situação de minoria, o status socioeconómico, a idade e a educação têm um impacto sobre a confiança (cf. Glaeser *et al.*, 1998; Smith, 1997; Robinson & Jackson, 2001). As pesquisas indicam que o nível de confiança generalizada aumenta com a idade (Robinson & Jackson, 2001), enquanto que fazer parte de uma minoria afecta a confiança de forma negativa.

No que concerne ao conceito de cooperação, em Psicologia, este pode ser visto quer intra-individualmente quer entre indivíduos. Mas, por cooperação entende-se, antes de mais, o modo pelo qual os indivíduos conjugam as suas forças, o seu saber-fazer e os seus saberes para atingirem um fim. A cooperação pode assim emergir de um conjunto de interacções sociais e substituir-se a condutas egoístas, na medida em que se impõe como maximizador de forma durável e equilibrada das conveniências de cada indivíduo.

Porém, Glaeser *et al.* (1998) apontam para diferentes factores que influenciam o comportamento confiante, entre os quais: 1) crenças sobre a confiabilidade dos outros e 2) a capacidade de provocar comportamento confiável dos outros (Lundäsen, 2002), ou seja, a importância de diversos aspectos consignados em diferentes concepções sobre a confiança interpessoal, como sejam, a noção de crença sobre o carácter e/ou a conduta de outro e a competência ao nível dos juízos e das acções com os outros.

Na psicologia, em especial na psicologia do desenvolvimento, a discussão teórica e conceptual da cooperação e competição tem sido considerada no nível das acções ou comportamentos observáveis, registando-se alguns estudos que investigaram a ocorrência de comportamentos caracterizados como pró ou anti-sociais (Brownell & Carriger, 1990; Eisenberg & Mussen, 1989; Hoffman, 1990; Staub, 1989, 1991; cit. in Palmieri & Branco, 2004).

Tendo como referência um estudo realizado com crianças, conclui-se que a confiança interpessoal pode depender de três variáveis: o comportamento do alvo, a qualidade da relação com o alvo e as crenças que cada sujeito tem em relação aos outros. Este estudo centrou-se nas relações diádicas, num sentido lato, com focus nas fontes de variância da confiança interpessoal, indagando sobre o referencial deste constructo. Desta investigação concluiu-se que a confiança interpessoal pode ser um constructo diádico em que a qualidade da relação com o alvo pode ser considerada a variável que mais se relaciona com a confiança interpessoal, (Betts & Rotenberg, 2008).

Deutsch (1949) define a cooperação como o contexto interactivo em que as acções de um participante favorecem o alcance do objectivo de ambos, sendo a competição caracterizada como a busca de objectivos mutuamente exclusivos, ou seja, quanto mais um indivíduo se aproxima de seu objectivo, mais o outro se afasta da possibilidade de alcançar o seu. Para ele, situações cooperativas ou competitivas encontram-se em consonância com objectivos expressos nas interacções em diferentes perspectivas e dimensões, ou seja, a estrutura favorece motivações individuais subjectivas a ela semelhantes (nível da subjectividade). Isto significa que contextos

cooperativos tendem a facilitar ou promover dinâmicas interaccionais cooperativas, mas não necessariamente, porque as pessoas podem interagir em desacordo com as regras do jogo se, em termos de motivação pessoal, estiverem orientadas em outra direcção.

Globalmente, os resultados apontam para que na resolução de um dilema, a díade coopera verdadeiramente nas actividades que lhe permitam atingir o objectivo comum dado ou percebido como desejável para ambos, por outro lado, colaborar com o parceiro para atingir uma mesma finalidade, em retorno, deveria facilitar o aumento de percepção de semelhanças entre os pares (Garcia-Marques, L., 2000). A estrutura cooperativa ou competitiva de uma situação pode ser analisada do ponto de vista das motivações, mas também das emoções envolvidas, designadamente, a do medo de ser “traído” na cooperação e a ambição de ganhar competitivamente ao outro, com o risco de perder a sua cooperação (Ahn et. al, 2001).

1.6. A confiança e a conduta cooperativa nos jogos

O dilema do prisioneiro tem sido adaptado com vista à operacionalização da conduta de confiança interpessoal designadamente com a população da segunda infância (Rotenberg, 2002). Neste caso, a situação foi trabalhada e apresentada às crianças como envolvendo a percepção de uma promessa e a conduta contingente a uma promessa (bases fidelidade e honestidade do alvo). A cada criança era dito que o seu par virtual havia prometido jogar optando pela via cooperativa, e era indagado o que ela esperava que ele realmente fizesse nessa jogada.

Uma assunção do presente estudo, subjacente à opção de aplicar o dilema do prisioneiro no âmbito do estudo da confiança interpessoal, é a de que a confiança na benevolência dos outros, em particular dos pares, ou seja, a base emocional da confiança interpessoal, afecte também a expectativa de reciprocidade e de cooperação do parceiro na situação do dilema do prisioneiro. Dito por outras palavras, espera-se que esta expectativa na benevolência do outro irá influenciar a percepção do dilema do prisioneiro como uma situação de cooperação, em vista da prossecução de um resultado tendencialmente igualitário neste jogo (e principalmente, a preferência pela situação de empate com cooperação recíproca). Existe base teórica e empírica que alguns autores referem, desta situação ou dilema ser encarado pelos participantes na situação de jogo, como na situação tendente à conduta cooperativa, isto é, como um problema de como cooperar / como alcançar a cooperação mútua (Ahn et.al, 2001).

Neste contexto, impõe-se a consideração das perspectivas teóricas e dos resultados empíricos sobre a relação entre os dois construtos e sobre o uso do dilema do prisioneiro na avaliação desta relação potencial.

A estratégia dominante, em termos de teoria dos jogos, numa sociedade que carece de confiança é não confiar. (cf. Stolle, 1998). Porém, no que diz respeito ao estudo do impacto da cooperação na confiança interpessoal, houve opiniões divergentes sobre os efeitos da participação em associações sobre a confiança generalizada (cf. Stolle, 1998). Para Hooghe

As Crenças Generalizadas de Confiança Interpessoal e a Conduta de Cooperação no Jogo

“Dilema do Prisioneiro” em Crianças do 5º e do 6º ano de Escolaridade.

Alice Machado Mendes (e-mail: alicemachadomendes@hotmail.com) 2010

(2000), o seu aumento só está presente quando as associações têm um grande número de membros altamente competentes.

Não obstante, a relação entre a variável de confiança interpessoal e a conduta de cooperação, nesta e noutras situações dilemáticas, tem sido estudada e documentada do ponto de vista empírico (Lundäsen, 2002). No entanto, há ainda uma polémica em torno da associação destas duas variáveis.

Gambetta (1988) afirma ainda que confiança não é pré-condição para que exista cooperação, e sim é resultado dela, baseada em experiências anteriores de cooperação onde a confiança vai sendo construída e fortalecida (Sato, 2002).

Hwang e Burgers e outros sustentam que a confiança não é suficiente para assegurar a cooperação, alterando significativamente a probabilidade de um comportamento cooperativo. No entanto, Hayashi et al. (1999) descobriram que há diferenças no modo como os indivíduos agem em situações do tipo do dilema do prisioneiro que podem advir dos níveis diferentes de altruísmo ou da natureza cooperativa dos indivíduos. Mas eles também descobriram diferenças a nível colectivo em que alguns participantes pareciam interpretar o dilema como se fosse um jogo de segurança e tendiam a cooperar mesmo quando a cooperação não era lógica (Hayashi et al., 1997), ou seja, a estrutura do jogo pode levar a esperar que o adversário vá beneficiar da expectativa de cooperar do outro para obter um ganho (“o ganho da traição”).

Yamagishi (1998) chega mesmo a afirmar que o dilema do prisioneiro pode não se adaptar para medir a confiança num estudo experimental. Os participantes que jogam de acordo com uma estratégia de *olho por olho* num dilema do prisioneiro repetido não confiam necessariamente na contraparte quando ocorre a cooperação, mas simplesmente agem de acordo com o último movimento da contraparte. No entanto, sublinhamos, nestes estudos não havia sido distinguida a preferência por um resultado da conduta cooperativa propriamente dita.

Segundo o autor, nem mesmo os dilemas do prisioneiro de uma única jogada estão livres de armadilhas, porque a cooperação, que não é inteiramente racional, ou apenas calculativa, poderia depender do altruísmo ou de normas sociais que obriguem a cooperar nesses tipos de situações, o que não estaria necessariamente ligado à confiança. Devido às dificuldades de separar as outras motivações do acto efectivo de confiança, defende o uso do jogo do ditador benevolente (Yamagishi, 1998). Mas, mais uma vez, criticamente, esta questão (*confounding* das motivações) afecta igualmente os parceiros no jogo, independentemente de diferenças na confiança interpessoal (se não estiverem essencialmente relacionadas com traços constituintes destas diferenças), pelo que não constitui obstáculo a estudar as potenciais relações entre estas diferenças e as preferências, bem como a conduta cooperativa, neste tipo de jogos, incluindo o jogo do prisioneiro.

Um tópico importante no estudo da cooperação é o do significado emocional contido na estrutura da situação do dilema do prisioneiro. Nos estudos sobre o dilema do prisioneiro e tendo em consideração a sequência

dos trabalhos de Rapoport (1967), os valores dos prêmios associados a cada resultado na matriz do jogo (a conjugação das jogadas de cada jogador) têm sido estudados em termos do significado emocional/motivacional, ou seja, a variação destes valores (prêmios) em diferentes modalidades ou versões do dilema do prisioneiro, constitui-se como uma manipulação experimental das emoções suscitadas diferencialmente por jogos distintos. São duas as emoções pertinentes: a do medo (*fear*) (operacionalizado por diferenças entre pares de jogos, quando num deles é aumentada a diferença entre a recompensa pela cooperação recíproca e o risco de penalização por ser “traído”), e a da ambição (*greed*) (operacionalizada por diferenças entre pares de jogos quando num deles é aumentada a diferença entre a recompensa pela cooperação recíproca e o prêmio pela opção de trair o seu par). Neste contexto teórico e na sequência dos trabalhos de Ahn et al (2001), perspectiva-se como questão importante e parcialmente em aberto estudo da importância das diferenças individuais da confiança interpessoal quanto ao seu impacto no padrão de variação da conduta cooperativa em diferentes jogos (pares de jogos) que operacionalizam estas variáveis emocionais.

Hwang e Burgers (1997) relacionam a confiança com estes elementos emocionais: *cobiça/ganância* (ou tentação de ganhar o benefício extra obtido pela não-cooperação unilateral, em vez de cooperação mútua, que também referimos pelo termo de *ambição*) e *medo* (ou ansiedade de perda pela vitimização). Segundo os autores, estes dois elementos influenciam a propensão para a confiança. Acrescentam, ainda, várias propriedades à confiança, entre as quais o facto de que a confiança é necessária à cooperação, embora possa não ser condição suficiente, e que ela atenua dois tipos diferentes de risco: “o risco de ser vítima e o risco de perder um parceiro confiável” (Hwang & Burgers, 1997, p.70). Uma terceira propriedade da confiança é acrescentada: ela pode eliminar o elemento *medo* na relação de confiança, embora não seja capaz de afastar o sentimento de cobiça. Isso leva os autores à conclusão de que mesmo numa situação em que exista confiança plena, isso não garante a cooperação (Lundäsen, 2002).

Dependendo da disposição motivacional do sujeito e do contexto em que se insere, a probabilidade de acções cooperativas, competitivas e/ou individualistas altera-se de forma significativa. A título de exemplo, quando se trata da análise de padrões culturais marcados pelo individualismo e pelo colectivismo, encontramos nos estudos de Triandis (1991, 1995) a cooperação entendida como um dos atributos característicos de grupos sociais colectivistas, onde a motivação individual refere-se sistematicamente ao grupo ao qual pertence constituído pela família ou nação. Já nas culturas por ele classificadas como individualistas, as pessoas tenderiam mais à competição e à defesa de seus interesses particulares. Segundo Rotenberg, podemos dizer que as crianças baseiam a sua confiança na honestidade comportamental, tentando determinar se as pessoas têm intenções benignas ou não. Os cuidadores e a família imediata são os alvos de confiança das crianças (Rotenberg, 2001).

Embora Hwang e Burgers e outros sustentem que a confiança não é

suficiente para assegurar a cooperação, ela altera significativamente a probabilidade de um comportamento cooperativo. Alguns estudos experimentais mostraram que as pessoas cooperam mesmo em alguns jogos do dilema do prisioneiro simples, com uma certa expectativa de imparcialidade e cooperação (La Porta et al., 1997; Hayashi et al., 1999). De acordo com Hayashi (1999), o comportamento cooperativo em um jogo do dilema do prisioneiro simples está ligado ao facto de que muitos participantes tratam o jogo como se fosse um jogo de segurança.

Não obstante em termos críticos, conclui-se que o estudo desta relação deva incluir cada uma das operacionalizações destas emoções enquanto factores separados, e não confundidos, o que se perspectiva possível mediante a estratégia apresentada em Ahn et. al (2001) . Adicionalmente, para clarificar esta questão, cremos que será necessário estudar também a variável de resposta que consiste na preferência pelo resultado (qual o resultado preferido, independentemente do que será a jogada do parceiro). A conclusão que retiramos é que a questão não deve ser unicamente se a presença de confiança garante a cooperação, mas se ela se opõe a pressões específicas no sentido da não cooperação, como seja a do medo, reduzindo a vulnerabilidade a estas pressões.

No que respeita ao progresso no tempo da interacção cooperante, são sugeridas duas conclusões: se a interacção cooperante ocorre numa sequência de outras interacções cooperantes, o grau de atracção cooperante mantém-se ou eleva-se, independentemente do sucesso dos jogos. Se, pelo contrário, a interacção cooperante ocorre subsequentemente a uma interacção competitiva o sucesso ou insucesso da tarefa realizada conjuntamente torna-se decisivo: o sucesso eleva a atracção enquanto que o insucesso faz aparecer, a hostilidade (Garcia-Marques, L., 2000). A vivência de situações cooperativas pode favorecer a expressão de comportamentos de natureza pró-social, conduzindo o indivíduo a se relacionar positivamente em relação às necessidades e bem-estar de outras pessoas, da mesma forma que contextos competitivos convidam os indivíduos à hostilidade e à agressão (Mead, 1937; Radke-Yarrow & Zahn-Waxler, 1991; cit. in Palmieri e Branco, 2004).

Independentemente de ser importante estudar estas variáveis ao longo do tempo, no entanto, é legítimo esperar que as díades de crianças que se destacam em termos da diferença individual na confiança interpessoal possam abordar desde o início a tarefa do dilema diferentemente, no que respeita a ser uma situação tendente à cooperação, e possam definir um contexto mais ou menos cooperativo, desde o início.

2. Teoria Subjacente ao Modelo de Rotenberg

2.1. Quadro teórico

A presente investigação foi guiada pelo modelo de confiança desenvolvido por Rotenberg (2001) que consigna a combinação de 3 bases

(fidelidade, emocional, honestidade) x 2 domínios de confiança (cognitivo/afectivo e comportamental) x 2 dimensões alvo (especificidade e familiaridade). Constituem as três bases de confiança: a fidelidade, que se refere ao cumprimento de palavra ou promessa (Rotenberg, 2001), a confiança emocional, que se refere à dependência de outros que se abstenham de causar danos emocionais, como ser receptivo às divulgações, manter a confidencialidade dos mesmos, abstendo-se de críticas e evitar actos que fomentem constrangimentos (eg, Johnson-George e Swap, 1982) e a honestidade, à qual se refere a dizer a verdade, a comportamentos complacentes e estratégias genuínas, em detrimento das intenções maliciosas das estratégias manipulativas (Rotenberg, 2001).

Dos domínios de confiança, o domínio cognitivo/afectivo engloba as crenças de um indivíduo sobre a confiabilidade dos outros e as emoções que acompanham essas crenças (Imber, 1973) e o domínio comportamental engloba as tendências comportamentais dos indivíduos para se basearem nos outros, de uma forma confiável e honesta (Rotenberg, 2001). As três bases e os dois domínios são também diferenciados pelas duas dimensões do alvo que incluem a especificidade, que varia do geral para o particular e a familiaridade, que abrange níveis desde o não familiar até o muito familiar (Rotenberg, 2001).

2.2. Escalas de confiança interpessoal para crianças

Rotenberg em conjunto com os outros autores propôs-se a estudar a confiança interpessoal nas crianças, tendo para tal construído um instrumento: a CGTB, que permite aceder às crenças generalizadas de confiança interpessoal nesta população. Esta escala apoiou-se na *Children's Interpersonal Trust Scale* (Hochreich, 1973), composta por 22 itens sobre promessas em situações específicas e na *Imber's Trust Scale* (1973), formada por 40 itens que incidiam em quatro grupos específicos: mãe, pai, professores e amigos (Rotenberg & al., 2005). Os itens referem-se a crenças na sinceridade das palavras ou comportamento de uma pessoa. Os itens da escala retratam questões sobre manter segredos e cumprimento de promessas. A CGTB é composta por 24 itens, 2 por cada sub-escala x alvo e encontra-se dividida em três sub-escalas: Fidelidade, Emocional e Honestidade, e quatro grupos-alvo. As respostas são solicitadas numa escala de Likert de 5 pontos, em que 1 significa o menor grau de confiança e 5, o maior (Rotenberg & al., 2005). Actualmente está em preparação uma nova versão da escala (a CCCTB), a qual mantém uma estrutura idêntica à da CGTB, mas é apoiada em estudos multiculturais (Rotenberg, Sakai, Betts, & Maeshiro, 2008).

II – Questões de investigação

Sendo a confiança interpessoal um tópico que voltou a receber a atenção de um grande número de investigadores na actualidade, a nossa

investigação procura responder a um conjunto de questões que nos propomos clarificar e investigar. Numa primeira fase, pretendemos dar o nosso contributo para o aperfeiçoamento de uma medida de crenças generalizadas de confiança interpessoal para crianças, prosseguindo a validação de uma medida culturalmente adaptada deste constructo, baseada numa escala transcultural (CCCTB) da autoria de Rotenberg e col. (2008).

Numa segunda fase, propomo-nos estudar a relação entre diferenças individuais entre as crianças no constructo de confiança interpessoal, medidas através do instrumento trabalhado, e as preferências expressas quanto à cooperação, bem como a conduta cooperativa, em versões do dilema do prisioneiro.

Consequentemente, temos os seguintes objectivos organizados em duas fases:

◆ *FASE 1:*

- Pretendemos refinar a escala mediante a sua transformação de uma versão inicial de 36 itens (3 itens por cada entrecruzamento entre base e alvo) para uma outra de 24 itens composta pelo par de itens que se revelassem mais intercorrelacionados, no estrito cumprimento de procedimento seguido pelos autores da escala. Estudámos se esta escala teria as qualidades psicométricas desejadas, designadamente, se corresponderia em termos de estrutura ao modelo teórico de base (ou seja, estudámos o modelo de medida), bem como a sua consistência interna.

◆ *FASE 2:*

- Ambicionámos clarificar a relação entre o constructo de crenças de confiança interpessoal e a conduta de cooperação num grupo de crianças (no âmbito do grupo-turma). Até que ponto as diferenças entre as crianças, no nível das crenças de confiança interpessoal, se manifestam na interpretação do dilema do prisioneiro como uma situação tendente à cooperação, através da preferência por resultados correspondentes à cooperação mútua e na conduta cooperativa, quando avaliada através de uma medida comportamental e de outros indicadores de auto-relato.

Assim a nossa hipótese era de que, diferenças entre as crianças no nível de crenças de confiança interpessoal global (dirigidas para certas bases e para certos alvos) estão associadas a respostas diferentes numa situação de dilema do prisioneiro, especificamente, as hipóteses de que:

- a) quanto maior o nível de crenças de confiança interpessoal do indivíduo ou da díade que joga, maior a propensão para as duas crianças encararem a situação do dilema como uma situação de cooperação, tendo como resultados preferidos a cooperação mútua.
- b) quanto maior a confiança interpessoal a nível do indivíduo ou da díade, maior a propensão para ter expectativa de que o parceiro irá cooperar, para decidir cooperar e para ter resposta efectiva de cooperação. Neste sentido, era esperado que entre os indivíduos

(bem como entre as díades) que exibem maiores níveis de confiança interpessoal, medidos pela escala, comparativamente com aqueles indivíduos (e também com aquelas díades) com menores níveis de confiança interpessoal, haverá maiores taxas de preferência por resultados de cooperação mútua, maiores expectativas de que o parceiro irá cooperar a cada lance, e decisões próprias de jogar optando pela cooperação, isto a cada lance, incluindo os primeiros lances, do dilema do prisioneiro.

- 1) Neste âmbito, para além de estudar a existência de uma relação entre o nível de crenças confiança interpessoal do indivíduo ou da díade que joga e a conduta cooperativa, incluindo os resultados preferidos nos jogos, é ainda um objectivo da segunda fase do estudo, caracterizar a amostra de respondentes quanto aos dois constructos - *crenças de confiança interpessoal* e a *conduta cooperativa* (expectativas e escolha de conduta cooperativa no jogo do prisioneiro).

Nas crenças de confiança interpessoal consideramos por um lado, a crença generalizada de confiabilidade dos outros, bem como uma das suas bases – a base emocional.

- 2) Um objectivo complementar, que se perspectiva como estudo piloto relativamente a estudos futuros, foi o de verificar se as crianças discriminavam entre diferentes versões do dilema do prisioneiro, correspondentes a diferentes valores emocionais de medo e de cobiça/ambição. Para tal, incluímos 4 diferentes versões do dilema, estudando a existência de *scores* de diferença entre as versões. Este objectivo responderia à expectativa de que os sujeitos (ou díades) que exibem maiores crenças de confiança interpessoal poderiam revelar menor variação entre os jogos que diferem no valor emocional de medo.

Os jogos consistiram em três replicações de quatro tipos de jogos diferentes quanto à estrutura dos resultados operacionalizando valores afectivos diferentes de medo de ser traído e de ambição pelo ganho. Numa etapa prévia procurámos validar se as crianças diferenciavam entre os quatro tipos de jogos constatando que tal não era o caso. Em consequência deste facto usamos consistentemente os *scores* globais nos doze jogos.

- 3) Na cooperação, considerámos como variáveis: os resultados preferidos nos jogos do dilema do prisioneiro (pretendemos avaliar especificamente dentro das possibilidades dos valores do resultado do jogo aquele que a criança preferia de cada vez que jogava) as expectativas da escolha cooperativa do adversário (o que a criança esperava que fosse a escolha do adversário em, termos de cooperar ou não cooperar), as decisões próprias quanto a cooperar e finalmente a conduta efectiva cooperativa (em vários jogos do dilema do prisioneiro, num total de doze jogos).

III – Metodologia

A CCCTB (*Cross-cultural Children's Trust Beliefs*) desenvolvida por Rotenberg, Sakai, Betts, and Maeshiro, é uma escala de crenças generalizadas de confiança e apesar de ainda não ter sido publicada, foi-nos gentilmente cedida pelo autor. Esta escala tem por base a versão anterior, a CGTB que já foi referida. Houve a necessidade de recorrer à versão portuguesa da escala, uma vez que em Portugal não existem instrumentos adaptados que meçam directamente a confiança interpessoal nas crianças. Esta escala divide-se em três sub-escalas, que correspondem às três bases de confiança propostas por Rotenberg: Fidelidade, Emocional e Honestidade, e quatro grupos-alvo. A escala é composta por 24 itens (já realizada a alteração sugerida pelos autores), dois itens por cada sub-escala x grupo-alvo. Em cada item é expressa uma situação do quotidiano e é feita uma pergunta onde o sujeito deve enunciar uma probabilidade de que o alvo tenha uma certa conduta, dependente da sua confiabilidade. Esta escala é constituída por uma escala do tipo *Likert* de 5 cinco pontos, em que 1 significa “de certeza que não”, 2 “acho que não”, 3 “indeciso”, 4 “acho que sim” e 5 “de certeza que sim”.

Estudo 1

1.1. Descrição da amostra

Este estudo tem como amostra 78 crianças e jovens do 5º e 6º ano, do Agrupamento de Escolas de Taveiro pertencente ao distrito de Coimbra e situa-se na margem esquerda do Mondego. Os alunos são provenientes de famílias quer da classe média, quer de meios sociais menos favorecidas onde se verifica a existência de um certo número de agregados familiares que apresentam situações de carência a vários níveis. Esta situação potencia o aparecimento de casos de exclusão social, favorece o desequilíbrio em termos de desenvolvimento sócio-afectivo e propicia o abandono escolar precoce.

1.2. Instrumento

Este estudo destina-se a prosseguir o processo de construção e de validação da escala multicultural de crenças de confiança interpessoal para crianças, iniciada em anterior investigação, com as etapas de tradução, selecção de itens originais da versão multicultural em estudo cedida pelo autor (Rotenberg, Sakai, Betts & Maeshiro, 2008; versão portuguesa experimental, Breda, Vale Dias & Ferreira in Ferreira, 2009) *Cross-Cultural Children's Trust Beliefs* (CCCTB). Este processo envolveu a construção de novos itens portugueses, e, com uma amostra inicial, o estudo da estrutura e da consistência interna da escala e das suas subescalas.

Adoptando-se as etapas do processo de construção original da GCTBS, tratou-se de transitar de uma versão provisória constituída por 36 itens, para uma mais adequada com 24, a partir da selecção de pares de itens mais intercorrelacionados (Rottenberg et. al, 2005) – i.e. um par de itens por subescala base-alvo da confiança interpessoal.

Recordamos que o modelo que está na origem das medidas das crenças generalizadas de confiança interpessoal para crianças, incluindo a GCTBS e a CCCTB e, por consequência, da versão portuguesa da escala multicultural, é o modelo de Rotenberg (2001; 2005).

Foi esta nova escala de 24 itens (dois por entre-cruzamento de cada base por cada alvo) aplicada à actual amostra. A título de exemplo temos os itens: “A tua mãe disse que se limpasses o quarto, poderias ir dar um passeio. Tu limpaste o quarto. Achas que a tua mãe te deixa ir dar um passeio?”; “Compraste uma prenda de aniversário para um menino/menina na tua turma. Pediste ao (à) teu (tua) amigo(a) para não dizer a ninguém sobre a prenda porque é uma surpresa. Achas que o(a) teu (tua) amigo(a) não contará a ninguém sobre a prenda de aniversário?”

1.3. Procedimento

A recolha de dados foi feita no contexto turma, tendo sido solicitada uma autorização ao conselho executivo e aos encarregados de educação. A aplicação da escala decorreu num primeiro momento durante o tempo de aulas de formação cívica. Os dados foram recolhidos durante o mês de Março de 2010. Após o processo de recolha de dados, procedeu-se à análise e tratamento estatístico dos mesmos, através do programa estatístico *Amos Graphics*, versão 17.0, e também no *Statistical Pack for the Social Sciences* 17.0.

No sentido de averiguar a sua adequação ao modelo de Rotenberg, 2001; 2005, procedemos à análise da consistência interna, pelo indicador de alfa de Cronbach, da escala total e das diversas subescalas, e para analisar a estrutura subjacente aos dados através da comparação do grau de ajustamento obtido com diferentes modelos de medida, incluindo uma interpretação do modelo inicial (futuramente referido como modelo 1), e modelos alternativos a este, estabeleceu-se como metodologia a análise de equações estruturais, para fins de análise factorial confirmatória.

Os modelos de medida usados como pontos de vista comparativo foram:

I- Um modelo hierárquico com 2 níveis de factores (modelo 1) (ver figura 1 em anexo) composto de: **a)** 12 factores de primeira ordem representados por pares de itens (base x alvo) **b)** 3 factores de segunda ordem, constituídos pelas diferentes bases **c)** e que ainda admite intercorrelações entre as bases (variância comum entre as diferentes bases).

II- O modelo hierárquico com 2 níveis de factores (modelo 2) (ver figura 2 em anexo) com: **a)** 3 factores de primeira ordem constituídos pelas 3 bases, directamente representadas nos seus itens (8 itens por base) **b)** e um factor geral de crenças de confiança interpessoal.

III- Por último, o modelo unifactorial (modelo 3) (ver figura 3 em anexo) em que os 24 itens dependem directamente de um factor geral de crenças de confiança interpessoal.

Compreende-se que o primeiro destes modelos é o mais constrangido quanto à sua estrutura, contém mais parâmetros a estimar, enquanto os restantes são progressivamente mais simplificados e mais parcimoniosos, e estão incluídos no primeiro, mas menos fiéis à estrutura teórica de base que era hipotetizada ao longo da construção da escala. Há a notar que cada um destes modelos foi estudado em si mesmo, e que nesse estudo, esteve sempre implícita a comparação automática com outros dois modelos: o modelo da independência, ou seja, da inexistência de relação entre as variáveis observáveis (itens), que neste modelo, nada medem de consistente; e o modelo saturado, ou seja, da convergência total dos dados empíricos a um concebível modelo.

Na análise do ajustamento dos 3 modelos de medida aos dados obtidos com a nossa amostra na escala, aplicámos a metodologia estatística da Análise de Equações Estruturais, com vista à análise factorial confirmatória, ajustando cada um dos modelos separadamente, e testando-o contra os modelos de independência e saturado, e finalmente, procedendo à comparação entre os 3 modelos mediante os índices de desajuste (erro), de *fit*, e de adequação da dimensão da amostra ao estudo de cada modelo.

Mais especificamente, procedemos à especificação de cada modelo a ser testado, atendendo aos procedimentos indicados. A determinação dos coeficientes de regressão com o valor da unidade (que não se incluem entre os parâmetros a estimar) teve como base os resultados de uma análise de consistência interna prévia de cada subescala teórica e da escala completa: onde se verificava o maior contributo para um alfa de Cronbach elevado (item mais correlacionado com o total da subescala), o parâmetro de regressão foi fixado na unidade.

Assegurámo-nos primeiro da identificabilidade de cada modelo mediante o cálculo dos graus de liberdade.

Usámos como entrada do programa os dados brutos. Um *screening* dos dados, no sentido do teste da verificação dos pressupostos da análise de equações estruturais, designadamente da normalidade multivariada, verificámos não poder assegurar-se nos nossos dados a normalidade (desde logo, a normalidade univariada), pelo que os nossos resultados se apresentam como contendo esta limitação. A tentativa de recorrer a um método de estimação especial e livre de suposições relativas à distribuição não foi viável por limitação na dimensão da amostra. Neste sentido, os nossos resultados são ainda provisórios.

A análise foi baseada na matriz de covariância, e o método de estimação seguido no estudo do ajustamento dos modelos foi o de máxima probabilidade, método que no entanto sabemos ser sensível à normalidade da distribuição das variáveis.

1.4. Resultados da Fase 1

Para avaliar o *fit* de cada modelo, tomámos em consideração diversos indicadores, que no seu conjunto, se referem à capacidade do modelo de reproduzir a matriz de covariância observada (Byrne, B.M., 2001; Kline, R.B., 2005).

Em primeiro lugar, o Qui-quadrado, que avalia a qualidade do modelo no seu todo. Teoricamente, este indicador deveria ser não significativo, para se obter um modelo ajustado. Não obstante, é conhecido o facto de este indicador ser sensível a desvios muito pequenos do modelo conceptual (além de ser afectado pela dimensão da amostra). Frequentemente, são relatados resultados em que este indicador assume significância estatística, mesmo quando o modelo sob teste se apresenta razoavelmente ajustado.

Como é recomendado, recorremos a diversas outras medidas. Entre as mais fiáveis e utilizadas, está a RMSEA (Root Mean Square Error of Approximation), que consiste numa medida do desajustamento (má qualidade do ajustamento). O seu valor crítico superior é de 0.10, sendo valores razoáveis os de 0.08, e desejáveis de 0,05 (Kline, 2005). Teve-se ainda em conta além do valor estimado deste índice, o valor p da sua estimação (para $RMSEA < 0.05$, P deve ser superior a 0,5) e o intervalo de confiança para esta estatística (limite superior deste intervalo), apesar da sensibilidade destes valores ao tamanho da amostra.

Outras medidas estudadas foram índices da qualidade do ajustamento (*fit*): privilegiadamente, o Comparative Fit Index (CFI), o qual leva em conta o tamanho da amostra, além de anteriores índices de comparação com a linha de base de NFI (Normed Fit Index), e outros seus derivados RFI (Relative Fit Index), IFI (Incremental Fit Índice), no sentido de ter em consideração questões de parcimónia e o tamanho da amostra) e finalmente Tucker-Lewis Índice. Os dois primeiros devem atingir valores iguais ou superiores a 0.90, e idealmente superar os 0.95. Já para os restantes indicadores são indicados valores de referência de 0.95.

Os resultados para o modelo 1 indicam um Qui-quadrado (237 graus de liberdade) de 352,58 com valor de p de 0.

O RMSEA apresenta um valor estimado de 0.08, associado a um valor p de 0.05, sendo o intervalo de confiança (90%) com limite inferior de 0,06 e superior de 0,097. Os diversos índices de *fit* comparativos são: CFI que assume o valor de 0.734, NFI de 0.504, com o RFI assumindo o valor de 0.423, o IFI 0,756 e TLI com o valor de 0,691.

No modelo 2, os resultados apresentam um Qui-quadrado (249 graus de liberdade) de 414,65 com valor de p de 0. O RMSEA apresenta um valor estimado de 0.093, associado a um valor de p de 0, sendo o intervalo de confiança (90%) com limite inferior de 0,077 e superior de 0,108. Os diversos índices de *fit* comparativos são: CFI com o valor de 0.619, um NFI de 0,417, RFI de 0,354, IFI de 0,642 e TLI de 0,578.

Finalmente, os resultados apresentados para o modelo 3 são de um Qui-quadrado (252 graus de liberdade) de 489, 667 com o valor de p de 0. O RMSEA apresenta um valor estimado de 0,111, associado a um valor de p

de 0, sendo o intervalo de confiança (90%) com limite inferior de 0,096 e superior de 0,125. Os diversos índices de *fit* são: CFI com o valor de 0,454, NFI de 0,312, RFI de 0,246, IFI de 0,483 e TLI de 0,402.

Os indicadores conduzem a uma rejeição de cada um dos modelos como adequado aos dados, a um nível estatisticamente significativo.

Não sendo possível confirmar qualquer dos modelos, analisámos o indicador de Hoelter Índice N (CN), que avalia qual a dimensão da amostra que seria suficiente para uma confiança maior nos parâmetros do ajustamento do modelo. Um valor maior de 200 (Hoelter) é indicativo de um modelo que representa a amostra de dados.

Em cada um dos casos, o tamanho da nossa amostra não foi satisfatório de acordo com o nível exigido para este indicador (Hoelter CN deve exceder 200).

Estudo 2

2.1. *Sujeitos*

Para a presente pesquisa, seleccionaram-se 78 alunos do Agrupamento de Escolas de Taveiro, pertencentes aos 5º e 6º anos de escolaridade. Esta amostra classifica-se como ocasional, uma vez que, de acordo com D' Hainaut, “é extraída da população, segundo um método de selecção orientado por razões de comodidade” (1997, p.17). Desses 78 sujeitos, 34 fazem parte do 5º ano de escolaridade (43,6%) e 44 fazem parte do 6º ano. A amostra proveio do local já mencionado, devido à maior facilidade de acesso a esta população em específico e não por qualquer outra razão adicional.

Não obstante, ao abranger-se toda a população de uma mesma escola, e atendendo às características acima referidas desta população escolar, considerou-se pertinente o objectivo de caracterizar este grupo em termos quer de confiança interpessoal, quer de cooperação.

Para a caracterização da amostra em causa, recorreu-se à estatística descritiva, tendo-se utilizado frequências absolutas e percentagens.

Uma prévia caracterização dos sujeitos da amostra no que concerne à variável género, mostra que existe uma certa heterogeneidade na forma como se distribuem os rapazes e as raparigas, com uma percentagem maior de crianças do sexo masculino (64,1%) do que do feminino (35,9%).

No respeitante à forma como se distribuíram os inquiridos pelos diferentes grupos etários, constatou-se que a idade mais frequente é a de 11 anos na qual se incluem 33 sujeitos (42,3%), seguindo-se 29,5% com 10 anos, 20,5% com 12 anos. Relativamente a idades superiores registam-se apenas seis sujeitos.

2.2. *Instrumentos*

O dilema do prisioneiro (ver a versão original em anexo) consiste num

jogo em que o resultado para cada jogador depende da convergência ou não convergência com a jogada do adversário, numa estrutura em que os resultados se encontram seriados do seguinte modo: mais elevados quando o adversário coopera e o próprio não coopera (trair), em seguida, quando ambos cooperam (cooperação mútua); seguidamente, quando ambos não cooperam (não cooperação recíproca), e por último, quando o próprio coopera e o adversário não coopera (ser traído). O modo de operacionalizar a escolha de jogada no sentido cooperativo ou não cooperativo foi através de uma cor (Cf. Rotenberg et. al., 2005): verde para a escolha cooperativa e vermelho para a não cooperativa.

Há a notar, então, que empatar com o verde é a recompensa por cooperar; empatar no encarnado é o valor da não cooperação recíproca; mas ambos são valores equalitários.

Como nota, há a referir que, a despeito de haver uma metáfora que simboliza o carácter do jogo, envolvendo dois prisioneiros e a sua denúncia recíproca ou cooperação, o jogo não é habitualmente operacionalizado com esta mesma metáfora, mas simplesmente em termos de resultados quantitativos (pontos resultantes da combinação da jogada de cada jogador).

Aplicámos diversas situações do jogo do dilema do prisioneiro, com valores de resultado diversos, umas salientando o valor negativo de “ser traído” (emoção de medo), menos presente noutras; e outras ainda, salientando o ganho com a “traição” (emoção de ambição/cobiça), também relativamente a outras situações. Estas duas pressões agem no sentido da não cooperação.

Criámos para o nosso estudo um questionário, no sentido de obter medidas cognitivas, além das medidas comportamentais, i.e., a decisão cooperativa de cada criança, incluindo as expectativas da escolha do adversário, a decisão de jogar e o resultado preferido.

2.3. *Procedimentos*

Para que se procedesse ao início da recolha de dados, solicitou-se, em primeira instância, a autorização formal à directora da escola do agrupamento de escolas de Taveiro (pertencente ao distrito de Coimbra), aos pais dos alunos, bem como a colaboração dos directores de turma, das turmas envolvidas no presente estudo e que foram neste caso específico, duas turmas do 5º ano e três turmas do 6º ano.

Cumpridos, como acima referidos, os pedidos de autorização formal, a aplicação do jogo do dilema do prisioneiro decorreu no mês de Abril de 2010, tendo ocupado aproximadamente 45 minutos do tempo lectivo de uma disciplina. A recolha de dados foi efectuada pela titular da investigação em causa, com a intenção de transmitir de forma sucinta e geral a pretensão do estudo e ceder as mesmas instruções aos alunos das diferentes turmas, minimizando assim o aparecimento de erros interpretativos e denotando-se portanto uma preocupação relativa à padronização dos procedimentos de aplicação do jogo. Aquando da aplicação dos instrumentos de recolha de dados, foi assegurada a salvaguarda relativa à confidencialidade dos

As Crenças Generalizadas de Confiança Interpessoal e a Conduta de Cooperação no Jogo “Dilema do Prisioneiro” em Crianças do 5º e do 6º ano de Escolaridade.

Alice Machado Mendes (e-mail: alicemachodomendes@hotmail.com) 2010

mesmos. Refira-se ainda que a participação neste estudo no questionário e no jogo do dilema do prisioneiro foi aceite por todos os alunos das turmas consideradas para o estudo.

No jogo do dilema do prisioneiro, as díades iniciavam o jogo após as instruções e só passavam ao jogo seguinte quando todas as outras díades concluíssem o jogo anterior. Era feita inicialmente a explicação do jogo em termos genéricos: salientando-se a ideia de que o resultado para cada jogador depende tanto da sua jogada, quanto da do adversário. Em seguida, ao iniciar um jogo, era apresentado um slide com as várias pontuações possíveis características desse jogo específico. O procedimento foi repetido para 4 jogos diferentes, i.e. versões do dilema do prisioneiro. Socorremo-nos de uma apresentação em powerpoint onde se encontrava a descrição do jogo e os seus objectivos (ver figura 4 em anexo). Cada díade (formada criando diferentes combinações do género das crianças, e subsequentemente, de modo aleatório) jogava três vezes cada um dos quatro jogos, num total de 12 jogos do dilema.

Para o efeito do jogo foram distribuídos dois cartões, um verde e outro vermelho por cada participante, o verde correspondendo à conduta de cooperação, e o vermelho à escolha de não cooperação (procedimento idêntico ao seguido por Rotenberg et.al., 2005). A recolha dos dados para o nosso estudo foi feita através de dois questionários diferentes que os sujeitos tinham que preencher antes e depois de cada jogada. Antes de jogar eram pedidas: as expectativas da escolha do adversário e a decisão própria no jogo. Depois de jogar: o resultado que era preferido (satisfação) (ver figura 5 em anexo). Também eram perguntadas as condutas de cada jogador (o que a criança efectivamente escolheu, o que o seu adversário jogou e o resultado obtido) (ver figura 6 em anexo).

2.3.1. Procedimentos relativos aos dados e tratamentos estatísticos

O estudo da associação entre as crenças de confiança e as escolhas cooperativas nos jogos do dilema do prisioneiro foi feito por um lado, através das correlações entre os *scores* das duas medidas e por outro lado, mediante o cálculo da frequência relativa de cooperação em subamostras constituídas, categorizando os sujeitos em níveis de confiança interpessoal. Constituímos três classes: uma com os *scores* inferiores ao percentil 25, a outra com *scores* entre o percentil 25 e 75 e a terceira com pontuações superiores ao percentil 75.

Um procedimento complementar foi de classificar as díades conforme os níveis de crenças de confiança interpessoal dos membros. De entre as classes de díades (em número de nove, resultantes das combinações dos níveis de confiança interpessoal dos dois membros) fizemos a comparação entre aquelas classes que apresentavam um número maior de sujeitos: alta/alta, média/média e baixa/média confiança interpessoal.

Em face dos diferentes objectivos recorremos à estatística descritiva, e da sua apresentação gráfica, e sempre que o número de observações o

permitia, à estatística inferencial com o intuito de testar quer as correlações que poderiam existir entre as diferentes variáveis consideradas, quer de testar se entre grupos existiam diferenças com significado estatístico. Refira-se ainda que se recorreu ao teste de *Kruskal-Wallis*, sempre que a normalidade das distribuições amostrais não se podia assumir, em face de amostras pequenas ($n < 30$).

A base de dados e os tratamentos estatísticos foram feitos no programa SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*) para *Windows*, versão 17.0.

2.4. Resultados

De encontro ao nosso primeiro objectivo, de descrição da amostra nas duas variáveis, apresentamos as estatísticas descritivas nas crenças de confiança interpessoal e na conduta cooperativa.

1) *Análise descritiva das pontuações na escala total e nas subescalas emocional e emocional_amigo da Escala de Confiança Interpessoal Para Crianças (scores divididos pelo número de itens)*

Uma exploração prévia dos dados permite-nos afirmar que existe uma estabilidade da média da escala total, bem como das subescalas, comparada com a média cortada a 5%, indo no sentido de um certo grau de simetria nos resultados, mas não completa. Apresentam-se seguidamente a amplitude de resultados em cada *score*, a média e o desvio-padrão, e os percentis 25, 50 e 75 (Quadro 1).

No grupo, os valores medianos (3,22; 2,68 e 3) bem como os médios (3,41; 2,86; 3,03), situam-se próximo do ponto intermédio (3: valor que corresponde a “não sei” na escala de resposta), indiciando que estas crenças não são em geral elevadas, e menos ainda para a subescala emocional.

	Mínimo	Máximo	Média	D.P.	Percentil 25	Mediana	Percentil 75
Escala Total	1,42	4,61	3,41	0,58	3	3,22	3,75
Subescala Emocional	1,25	5	2,86	1,06	2	2,68	3,75
Subescala Emocional Amigo	1,29	1	3,03	1,66	2	3	4

Quadro 1. Descritivas dos *scores* de confiança interpessoal

No entanto, na escala total, uma vez que ao percentil 25 também corresponde ao valor de 3, e o de 75 ao valor de 3,75, conclui-se que há uma elevada frequência de pontuações em torno do ponto neutro (baixa variabilidade e uma distribuição leptocúrtica). Valores muito baixos, por volta de 2,5 são muito pouco observados. Já nas subescalas estudadas há maior variabilidade dos resultados.

2) Descrição da amostra nos indicadores da cooperação (representação gráfica da sua sequência ao longo dos 12 jogos).

Damos um destaque inicial aos resultados preferidos pelas crianças, uma vez que este indicador corresponde a um conceito importante na ligação entre a conduta no jogo e as crenças de confiança interpessoal.

Neste resultado, houve que atender à circunstância de que as crianças usaram diferentes referenciais de resposta, não se guiando sempre pela instrução que foi dada oralmente (indicar o resultado numérico). Assim, vinte e cinco crianças responderam, de facto, pelo valor ou resultado numérico preferido (nesse caso, foi possível classificar a resposta em: empatar com o verde, empatar com o encarnado, ganhar/encarnado; perder/verde). Trinta e duas crianças responderam em termos do resultado relativo: empatar, ganhar ou perder. Neste caso, não poderemos saber se o empate que preferem é com o verde, ou com o encarnado (isto porque algumas delas parecem aperceberem-se de que o jogar verde incorpora um risco, o valor do medo); já quando dizem ganhar, sabemos que é ganhar/encarnado. Por último, doze crianças responderam com a cor preferida para jogar (verde ou encarnado), não sabendo se ao preferirem jogar verde, esperam cooperação recíproca ou se assumem e preferem o risco, e ao preferirem jogar encarnado, não sabemos se preferem empatar, ou se pensam em ganhar (aqui sabemos apenas se arriscam na cooperação, ou se se afastam dessa cooperação _ seja pelo desejo de ganho; seja pelo receio de perder; i.e., pela ambição ou pelo medo).

Organizando num gráfico os dados de todos os tipos de resposta, ao longo dos 12 ensaios, temos o gráfico 1.

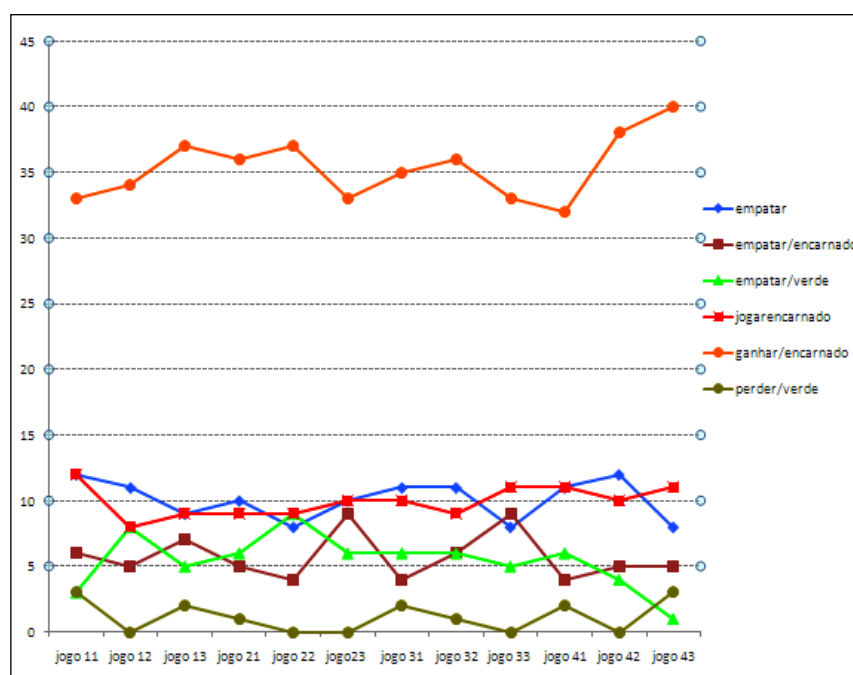


Gráfico 1. Resultados preferidos pelas crianças ao longo dos 12 Jogos, em termos de frequência absoluta.

Legenda do gráfico 1: azul – empatar; castanho – empatar/encarnado; verde-claro – empatar/verde; vermelho – jogar encarnado; cor-de-laranja – ganhar/encarnado e verde-escuro – perder/verde.

Regista-se uma tendência marcada a preferir um resultado desigual (ganhar; jogar no encarnado), mas não obstante há uma frequência estável de preferência por empatar, à qual acresce uma frequência baixa de empatar no verde e de empatar no encarnado.

Destacou-se ao longo dos jogos uma estratégia mais competitiva do que cooperativa.

Pode notar-se que a preferência por ganhar oscila ligeiramente ao longo dos vários jogos, parecendo apenas mais elevada no final, mas não se evidencia visualmente uma relação muito notória com as características diferentes dos tipos de jogos (os 4 jogos), i.e., não parece poder dizer-se que haja uma tendência para aumentar quando se compara o jogo 1 com o jogo 2 (jogo1-jogo2: medo1), ou quando se compara o jogo 3 com o jogo 4 (jogo3-jogo 4: medo2).

A preferência por empatar no verde (cooperação recíproca) também apenas oscila entre os jogos, mas a única tendência parece ser uma descida ao longo das duas últimas jogadas. Esta quebra parece ser posta em relação a um acréscimo na preferência por ganhar.

Como atrás referido averiguámos previamente se as crianças não diferenciavam os tipos de jogos, na sua conduta cooperativa. O teste dessa discriminação baseou-se na comparação entre médias nos jogos 1 e 2, e entre os jogos 3 e 4, na conduta cooperativa, mediante o teste t para amostras emparelhadas, o qual evidenciou, para o primeiro par de variáveis, um valor t (77) de 1,21 com $p=0,23$, e para o segundo par, $t(75)=0,24$ e $p=0,81$. Na sequência deste resultado, passamos a trabalhar apenas com o *score* total nos 12 jogos.

Há a notar que o efeito dos 4 tipos de jogos, (constituído por 3 replicações de cada um), sequenciados no tempo, na cooperação, é significativo, tal como revelado numa ANOVA para medidas repetidas, entre 4 níveis do factor tipo de jogo (teste Multivariado, Pillai's trace: $F(3,73) = 4,25$, $p=0,008$ e teste aos efeitos dos jogos, $F(3,73)= 4,36$, $p=0,005$, e eta square =0,055) verificando-se contrastes lineares, $F=10,93$, $p=0,001$, e sendo as estimativas dos parâmetros de t para cada jogo: primeiro jogo $t=10,60$, $p=0,000$; 2º jogo, $t=8,57$, $p=0,000$; 3º Jogo, $t= 7,77$, $p=0,000$, e 4º jogo, $t=6,73$, $p=0,000$).

O que não é significativo é a diferença entre pares de jogos que operacionalizam uma dada variável afectiva, neste caso, o medo. Este resultado é notório no output constituído pela comparação aos pares (pairwise comparison) entre os 4 níveis do factor tipo de jogo: entre o jogo 1 e o 2, a diferença tem associado $p =0,19$; entre o 3 e o 4, tem associado $p=0,82$.

Não deixamos de notar, também o interesse em registar quer o comportamento inicial, quer a evolução da conduta cooperativa dos respondentes ao longo dos 12 jogos (gráfico 2). Os sujeitos em geral fazem variar em certo grau a sua conduta ao longo das jogadas, possivelmente, em

maximização das hipóteses de ganhar competitivamente. Pela simples observação dos padrões dos três grupos constituídos com base nas pontuações na escala total na confiança interpessoal não se exclui a hipótese de que tenham padrões diferentes de evolução, com os sujeitos que se situam acima do C75 a terem uma conduta cooperativa mais frequente na primeira jogada, e a apresentarem de seguida um decréscimo marcado. Pode também observar-se que é o grupo que termina com maior taxa de cooperação.

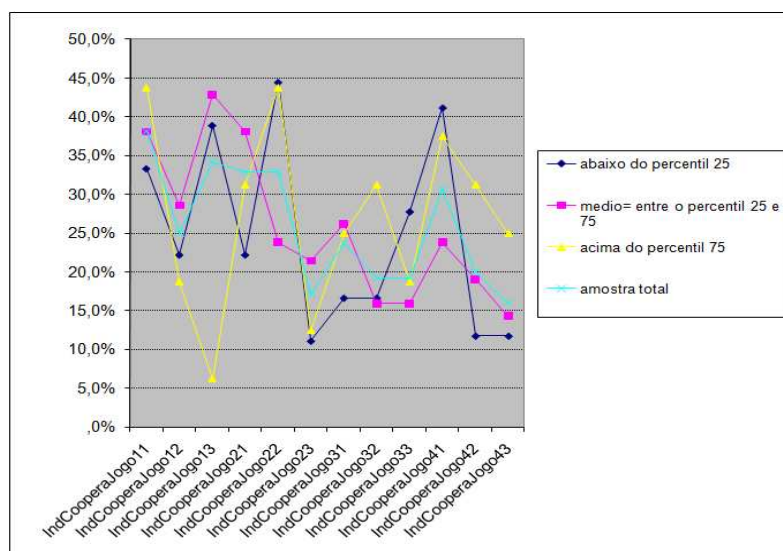


Gráfico 2 - Evolução da conduta cooperativa dos respondentes ao longo dos 12 jogos.

Apenas a nível descritivo, observa-se que o grupo que mantém os níveis de cooperação ao longo dos doze jogos, acima dos 15% é o grupo de crianças com nível de confiança interpessoal intermédio entre o percentil 25 e 75. Não obstante, o grupo que termina os jogos com maior taxa de cooperação (25%) é o que se situa nas crenças de confiança interpessoal, acima do percentil 75, e o que termina com menor taxa de cooperação (12%) é do percentil 25.

3) *Frequência relativa das diferentes respostas de preferência nos resultados dos jogos, ao longo dos vários jogos.*

No gráfico 3, relativamente aos resultados preferidos, as frequências com que são enunciados, para os 12 jogos, discriminados por grupos de sujeitos consoante o nível das crenças de confiança interpessoal.

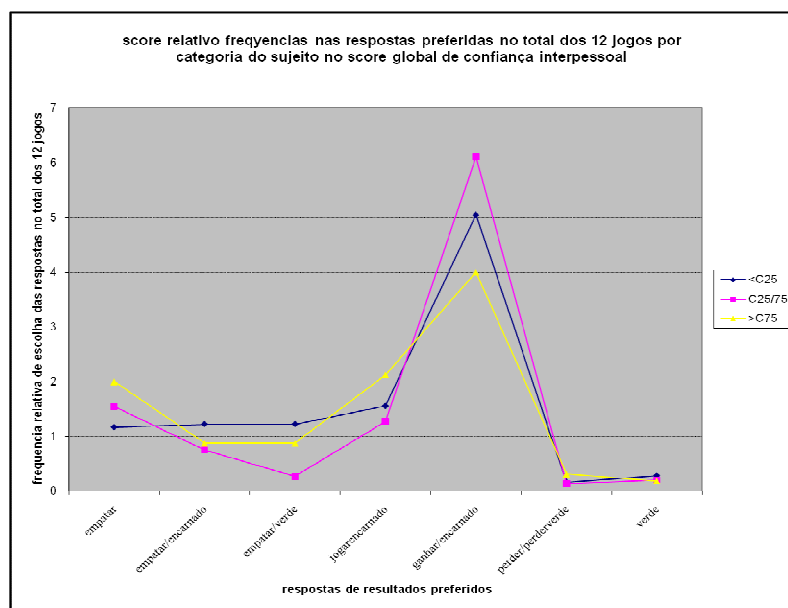


Gráfico 3 - Frequência relativa das diferentes respostas de preferência nos resultados dos jogos, ao longo dos vários jogos (de 1.1. a 4.3).

Há a notar que, devido ao pequeno número de sujeitos em cada combinação de categoria de resposta e de nível de confiança interpessoal, não é possível realizar testes estatísticos (designadamente de tipo crosstabs e qui-quadrado) da hipótese de que os sujeitos com maiores crenças de confiança interpessoal tenham maior preferência por empatar no verde ou, simplesmente, por empatar. Este reduzido número de sujeitos em cada combinação é resultante da dispersão de categorias de resposta, que as crianças criaram, ao usarem referenciais diferentes na sua resposta qual era o seu resultado preferido.

Globalmente, no total dos 12 jogos, o grupo que com maior frequência emite a resposta “empatar” é também o que se situa acima do C75 na confiança interpessoal.

4) Medianas nos indicadores de cooperação no dilema do prisioneiro em função do nível de crenças interpessoais de confiança.

	Expectativa de Cooperar nos 12 Jogos		Cooperação nos 12 Jogos	
	Mediana	Desvio Interquartilico	Mediana	Desvio Interquartilico
Abaixo do C 25	6	4	3	2,5
Entre o C25 e C75	5	6	3	3
Acima do C75	5	3	3	3
Amostra Total	5	5	3	3

Quadro 2. Valores medianos das expectativas de cooperar e de cooperação nos 12 Jogos.

Através de um teste estatístico não paramétrico, compararam-se as distribuições do total de expectativas de cooperar nos 12 jogos e da cooperação nos 12 jogos, nos diversos grupos de sujeitos, consoante as categorias no score global de confiança interpessoal. Para tal, foi utilizado o teste de *Kruskal-Wallis*. A aplicação do *Teste Kruskal-Wallis* permite observar que não há diferenças estatisticamente significativas entre os ranks médios nos três grupos de sujeitos, quer nas expectativas de cooperação (Qui-quadrado, 2 g.l., é de .82, $p=.66$), quer na cooperação, nos 12 jogos (qui-quadrado, 2 g.l., de .34; p de .84). Não se rejeita a hipótese nula, de que não há diferenças nas distribuições dos 3 grupos (Quadro 2).

5) *Diferenças em cooperação nos 12 jogos em função da pertença a díades.*

	Cooperação nos 12 jogos		
	n (%)	Mediana	Desvio Interquartilico
Categoria da díade (Escala total)	aa	10(12,8%)	3
	bm	13(16,7%)	2,5
	mb	13(16,7%)	3
	mm	26(33,3%)	3
	Total	62	3

Quadro 3. Níveis de cooperação ao longo dos 12 Jogos.

Legenda do quadro 3: **aa** (nível de confiança alta/alta); **bm** (baixa/média); **mb** (média/baixa); **mm** (média/média).

Verifica-se que os resultados ao nível da cooperação ao longo dos 12 jogos não se apresentam diferenciados pela pertença à díade, uma vez que tendo em conta a mediana do número de cooperações, podemos observar que são muito idênticas (Quadro 3). A utilização do *Teste Kruskal-Wallis* (com a ressalva de que no teste se tiveram em consideração todas as 9 díades, testando-se a igualdade das suas distribuições, tendo algumas categorias muito poucos sujeitos) permitiu-nos verificar que não existem diferenças significativas entre as díades (qui-quadrado, para 8 g.l., de 5,15, e $p=.74$).

6) *Correlação entre diversos scores de Confiança Interpessoal, Totais de Expectativa e Cooperação nos Jogos.*

Atendemos ainda aos *scores* não só na escala total de confiança interpessoal, mas especificamente na escala emocional, que na nossa hipótese poderia ter associação com as expectativas de conduta cooperativa, bem como correlativamente, com a cooperação, no dilema do prisioneiro. Usámos para tal as correlações entre os resultados nas escalas e o número de vezes que cada sujeito esperou a cooperação do seu par, e cooperou, no total dos 12 jogos (Quadro 4).

		Escala Total	Subescala Emocional	Subescala Emocional Amigo
Escala Total	r	1	,705**	,354**
	p.		0,00	0,001
Subescala Emocional	r	,705**	1	,628**
	p.	0,00		0,00
Subescala Emocional Amigo	r	,354**	,628**	1
	p.	0,00	0,00	
Total de Expectativa de Cooperação	r	0,013	-0,09	-0,121
	p.	0,914	0,449	0,306
Cooperação nos 12 jogos	r	0,34	-0,144	-0,166
	p.	0,772	0,214	0,152

Quadro 4. Resultados relativos à subescala emocional, emocional amigo, total de expectativa de cooperação e cooperação efectiva nos 12 jogos.

No que concerne às associações estabelecidas entre os *scores* de confiança interpessoal, totais de expectativa e cooperação nos jogos, através da análise dos p-valores associados aos coeficientes de correlação de *Bravais-Pearson*, retira-se a conclusão de que não existe correlação estatisticamente significativa entre as variáveis de confiança interpessoal e os indicadores de cooperação na tarefa de jogo estudada.

V – Discussão

Uma questão que explorámos no nosso estudo, embora constituindo um objectivo complementar, é se os sujeitos diferenciariam na sua conduta entre tipos de jogos diferentes destinados a operacionalizar diferentes valores emocionais, e a variável de medo, em particular. Os nossos resultados sugerem que as crianças não integraram a informação dessas diferenças existentes na estrutura do jogo, referentes ao *score* de medo, ao transitarem de jogo em jogo.

Poderemos colocar a hipótese de que essa informação (variação de jogo para jogo) tenha sido pouco tida em conta, na dinâmica motivacional e nas decisões nos jogos – ou talvez tivessem tido poucas jogadas em cada tipo de jogo para chegarem a integrar essa informação – para se aperceberem das diferenças nos *scores* e seu significado. No entanto, a cooperação decresce (curva empatar/verde), e a competição cresce (ganhar/encarnado),

especialmente para o último jogo. Assim sendo, a opção ao trabalhar as variáveis (expectativas nos jogos, decisões nos jogos, conduta cooperativa nos jogos) sobretudo com os dados relativos aos totais nos 12 jogos – é então uma opção sustentável.

No entanto, com igual legitimidade se consideraria estudar a conduta nos primeiros jogos, i.e., anterior à influência exercida pela respostas do par, ou, pelo contrário, também legítimo seria considerar a variação global de cada criança do primeiro para o último, no sentido de avaliar a modificação na sua conduta e cognições mediante a informação do seu par. Cada um destes indicadores tem obviamente um significado distinto (o primeiro, referente às primeiras expectativas e esquemas de resposta, porventura mais apoiados nas diferenças individuais (como era o nosso focus), o segundo, à problemática da coordenação com o par na realização dos resultados preferidos, ou estratégia nos jogos, maximizando a variabilidade relativa à conduta do par.

Não obstante, testar diferenças a nível destes efeitos mais discriminados é uma direcção de trabalho para futuros estudos.

De acordo com os resultados obtidos no estudo empírico e procedendo a uma apreciação global, considerámos que, para além da conduta cooperativa efectiva (ou escolha do lance no jogo), outras variáveis deveriam ser caracterizadas, designadamente, o resultado preferido pelo sujeito na situação (aquilo que ele valoriza, e que poderia ir na mesma direcção, ou na contrária, à da estratégia do jogo) e a expectativa do que será a conduta do adversário. A assunção de partida deste estudo foi a de que este conjunto de juízos da parte das crianças sobre a conduta do outro, implicam a base emocional da confiança interpessoal, decorrendo de um juízo sobre a benevolência de outro; embora obviamente possa ser de outra natureza. Neste sentido, uma abordagem que considerámos prometedora foi a de avaliar os resultados preferidos ao longo dos jogos.

Podemos notar, a nível descritivo, que há uma percentagem de crianças que preferem um resultado igualitário (se somássemos as respostas: empatar; empatar/verde ou cooperar; empatar/encarnado ou não cooperação recíproca), no entanto, são mais aquelas que preferem um resultado desigual (ganhar/encarnado,) - esta é a tendência de não cooperação (guiada talvez pelo valor motivacional de ambição).

Nos gráficos são sugeridas algumas variações entre os sujeitos nestes resultados preferidos, consoante o nível de crenças de confiança interpessoal, mas não foram, no presente estudo, passíveis de serem cabalmente testadas. No entanto, ao controlar-se mais eficazmente o referencial de resposta das crianças, tal teste será possível.

Apesar de não termos um referencial de resposta constante e de não ter sido possível equacionar diferenças entre os grupos de sujeitos com *scores* baixos, médios e altos na confiança interpessoal, neste resultado preferido, este indicador permite destacar a orientação das crianças para resultados diversos quanto ao seu significado afectivo (o significado que se infere ser de medo associado ao “empatar no encarnado” em vez de “empatar no verde”, já que o segundo tipo de empate comporta o risco de ser

traído embora dê mais pontos que o primeiro; e da ambição no “ganhar com encarnado”, em relação a simplesmente “ganhar”, ou “empatar”). Por outras palavras, é um procedimento que pode ser aperfeiçoado, designadamente mediante questões adicionais, com a virtualidade de poder revelar o dinamismo motivacional e emocional subjacente à escolha de um resultado preferido, e condicionante da conduta cooperativa.

Em face dos nossos resultados, que não apoiam as nossas hipóteses relativas à associação entre crenças de confiança interpessoal e nomeadamente, a base emocional destas crenças, e a conduta cooperativa no dilema do prisioneiro, uma das explicações possíveis para estes resultados é que essa expectativa se tenha baseado na motivação do outro e na sua estratégia na situação do jogo, e que essa estratégia tenha sido predominantemente competitiva. É ainda possível que esta estratégia se tenha tornado dominante, ao longo da sequência dos jogos, na díade.

Uma questão que permaneceu parcialmente por esclarecer era se prevaleceria em alguns sujeitos e em algumas díades a preferência por empatar com cooperação, mas se terão sobrevivido dúvidas ou dificuldades da díade em se coordenar na linha da cooperação. Nesse caso, podemos pensar que estaríamos perante a questão ou base da confiança interpessoal relativa à competência, especificamente, a competência no alcançar de uma cooperação.

Deste modo, em termos de futuros trabalhos, uma direcção será a de abordar as fontes de variabilidade desta resposta mediante indicadores distintos, um destes indicadores não pressupondo a variabilidade introduzida pelo par e pela dinâmica do jogo, enquanto o outro incluiria (seja, por exemplo, o inquérito à resposta preferida anterior à atribuição de par, e outro, posterior a essa atribuição).

Há a notar que os sujeitos, nesta fase de desenvolvimento cognitivo, em termos operatórios, ainda não tendo atingido as operações formais, em geral, ainda não possuem capacidades cognitivas suficientemente elaboradas de modo a terem o domínio dos possíveis, e consequentemente, não poderá esperar-se que acedam a pensar sobre a influência possível que poderão ter sobre o outro, ao criarem nele - no seu par - uma dada expectativa, do mesmo modo que dele recolhem uma dada expectativa. Em termos cognitivos e relacionais a percepção de que a reciprocidade depende do comportamento mútuo e também do comportamento próprio, poderá não se encontrar suficientemente desenvolvida.

Mas como cooperar consiste em reunir as acções e os saberes envolvidos, o estágio operatório manifesta-se pelo aparecimento de operações com as mesmas características estruturais das operações intra-individuais. Com a diferença, todavia, de as regras que coordenam as trocas interindividuais serem mais tematizadas.

Não obstante, a nossa hipótese inicial era de que aquilo que antecipam ser a intenção do outro será importante para a sua decisão de cooperar no jogo, esperando-se que essa avaliação possa ter parcialmente uma base emocional. Neste caso, pensamos que poderia ser importante avaliar mais claramente o grau de satisfação com a situação de jogo, se nela foi efectivamente interpretada como “natural” ou “saliente” uma estratégia

competitiva baseada no ganho-com-perda-para-o-par. Uma possível variável de *confounding* é a do grau em que acreditavam que o seu par seria competente para com ele se coordenar num ganho que, embora menor, seria mútuo, e neste caso, faremos intervir ainda a base da confiança respeitante à competência.

É ainda possível que tenha intervindo um aspecto motivacional central na conduta no jogo, relativo ao manter de uma situação lúdica e divertida, circunstancialmente, pelo carácter competitivo e da incerteza do jogo, tenha promovido maior saliência da motivação de competir, do que a de cooperar, mesmo nas situações em que esse resultado podia ser preferido (alguns comentários jocosos das crianças durante a situação de jogo reflectiam não só o antecipar da conduta do outro, da estratégia do outro, mas também, o carácter de provocação que ela continha).

Não pudemos verificar a hipótese de que as crianças tivessem resultados preferidos, expectativas e condutas cooperantes diferentes consoante o seu nível de crenças de confiança interpessoal, mas através do refinamento quer das medidas, quer dos procedimentos, uma questão a aprofundar será se o medo como emoção que prejudica a cooperação, ou pressão no sentido da não cooperação poderá ser mais reduzido nas crianças com mais elevada confiança interpessoal relativamente aos outros, e em especial, relativamente aos seus pares (e mais detalhadamente ainda, na confiança relativamente àquele par) – a confiança interpessoal contrariando o efeito negativo do medo.

Para poder testar cabalmente esta hipótese, é no entanto necessário proceder, em termos de manipulação experimental, à operacionalização dos valores motivacionais de diferentes versões dos jogos do dilema do prisioneiro. Tal requer uma nova operacionalização, de modo que essas versões sejam efectivamente diferenciadas pelo grupo de crianças, no seu todo. Para esse efeito, é importante o aperfeiçoamento da apresentação do jogo às crianças. Pensamos que será necessário trabalhar com menos versões (por ex., apenas 2 versões, diferindo no contraste entre a penalização por ser traído ao tentar cooperar, face aos pontos da não cooperação mútua), passíveis de serem comparadas e, através dessa comparação, ser obtida uma pontuação de medo, e utilizando-se um maior número de replicações por cada versão do jogo. Será ainda indispensável nesse desenho experimental, contemplar a ordem de apresentação das versões, e contrabalançá-las entre as díades.

VI – Conclusões

A confiança é uma variável usada de modo tão amplo que como nos foi possível verificar, ao longo deste estudo, ganhou uma grande variedade de definições. Podemos assim considerar que os principais componentes desta variável serão: risco, informação, expectativas em relação ao comportamento da contraparte, a possibilidade de obter confiança dos outros e a possibilidade de ter um retorno maior se confiar.

Quando pensamos a confiança, pensamo-la sempre, no âmbito da

As Crenças Generalizadas de Confiança Interpessoal e a Conduta de Cooperação no Jogo

“Dilema do Prisioneiro” em Crianças do 5º e do 6º ano de Escolaridade.

Alice Machado Mendes (e-mail: alicemachodomendes@hotmail.com) 2010

relação didáctica inter-individual, ou seja *empatia grupal* onde o desenvolvimento e efectivação de um grupo, que na sua dinâmica, multiplicidade, fluxos e intensidades possa sincronicamente manifestar-se como múltipla e diversificadamente empático na relação com os seus membros particulares e individuais.

Este estudo assumiu a importância significativa destes constructos, particularmente na aprendizagem e no contexto escolar, onde o termo aprendizagem aparece muitas vezes relacionado com a confiança interpessoal como impulsionadora da base das aprendizagens, ou seja, a confiança que cada criança deposita no outro para aprender algo.

Sem confiança, a energia do estudante é destinada à sua auto-protecção, a comunicação torna-se mais complicada e os problemas tornam-se mais difíceis de solucionar. Por isso, hoje as escolas recorrem a uma aprendizagem mais cooperativa, onde os ideais e as metodologias de ensino pressupõem confiança (Tschannen-Moran & Hoy, 2000).

Nas escolas e nas restantes organizações, a confiança é o elemento vital para o bom funcionamento, sendo necessária para a cooperação e comunicação efectiva e para uma relação organizacional coesa e produtiva.

Neste estudo empírico trabalhamos as variáveis de crenças de confiança interpessoal e de cooperação no dilema do prisioneiro, quer a nível descritivo, quer testando a associação das duas variáveis, em particular a descrição dos padrões temporais de cooperação ao longo dos jogos e das taxas de cooperação (situações de jogo: através da análise da escolha que o colega fará, a decisão de cooperar no jogo e a cooperação) na turma, bem como nos subgrupos de sujeitos de alta, média e baixa confiança interpessoal e nas díades em que os dois membros têm crenças elevadas de confiança interpessoal (AA), em que ambos têm médias (MM) e em que um sujeito tem baixas e o outro médias crenças (BM). Um segundo objectivo foi de recorrer desde o primeiro momento aos resultados preferidos no âmbito do jogo do prisioneiro no sentido de avaliar até que ponto as crianças encaram este jogo como uma situação favorável à cooperação e se a confiança está associada a esta preferência pela igualdade dos resultados. Especificamente, perspectiva-se a hipótese da utilização da situação do dilema do prisioneiro para uma explicação das pressões emocionais contrárias à cooperação, como utilização psicopedagógica da mesma. (O paradigma do dilema do prisioneiro reveste-se de interesse pois tem sido abordado em termos de polémica em torno do modelo da decisão racional, o qual nem sempre se aduz conduzir às soluções mais eficientes, detectando-se efeitos perversos na lógica da acção colectiva).

Axelrod (1984), um dos investigadores que muito têm contribuído para este domínio de investigação, mostra, porém, em primeiro lugar que é possível «aprender a cooperar», e, em segundo lugar, que a cooperação é eficaz a longo prazo. Cada criança poderia avaliar como resultado preferido aquele em que se realizasse uma cooperação recíproca, recompensada na estrutura do jogo, (Anh et. al., 2001 chamam a este ganho “recompensa pela cooperação recíproca”). Dito de outro modo, a compreensão pela criança de que a reciprocidade é benéfica e constitui uma base da confiança interpessoal, pode ser ampliada pela compreensão de que essa reciprocidade pode requerer da sua parte correr pontualmente alguns riscos, associados a

As Crenças Generalizadas de Confiança Interpessoal e a Conduta de Cooperação no Jogo “Dilema do Prisioneiro” em Crianças do 5º e do 6º ano de Escolaridade.

Alice Machado Mendes (e-mail: alicemachadomendes@hotmail.com) 2010

dar uma hipótese de cooperar aos seus pares, e de com eles ganhar uma base de confiança.

Desde logo, a cooperação interindividual pode aparecer não só como condição do pensamento operatório, mas também como factor de aceleração da sua aquisição. Através de que processos nasce a cooperação? Também aqui se podem distinguir níveis. De uma maneira geral, ela é o resultado de combinações mais ou menos aleatórias e de selecção posterior. A cooperação pode assim emergir de um conjunto de interacções sociais e substituir-se a condutas egoístas, na medida em que se impõe como maximizador de forma durável e equilibrada das conveniências de cada indivíduo. A sua difusão poderá no entanto ser acrescida, à medida que os indivíduos tomarem consciência desta maximização. Ao nível mais elevado, a cooperação poderá finalmente considerar-se como uma atitude moral que encontra a sua razão na própria génese das ideias de razão e de humanidade.

Contudo, o nosso estudo é pertinente dado que pretendemos, deste modo, abrir portas a novas investigações no âmbito do estudo da confiança interpessoal nas crianças em contexto do grupo analisando diferentes variáveis, para que possamos de alguma forma contribuir para a redução de problemas nos relacionamentos interpessoais que vão surgindo ao longo do desenvolvimento, quer ao nível de prevenção, quer ao nível de intervenção, através de um trabalho não apenas centrado no próprio sujeito mas também junto daqueles com quem se relaciona.

É sempre uma mais-valia intervir, cada vez mais cedo junto das crianças, para termos cada vez mais uma sociedade coesa e cooperante porquanto a confiança interpessoal é fundamental se ela pode ser vista como a base da sociedade em plena construção.

Limitações do presente estudo e perspectivas futuras de investigação.

Uma questão é assegurar a resposta fiável das crianças no que se refere ao seu resultado preferido. Sendo esta variável uma inovação do presente estudo no âmbito dos trabalhos sobre a cooperação no dilema do prisioneiro, consideramos importante refinar esta recolha junto das crianças de uma maneira mais homogénea, como era pretendido.

Um ponto forte deste estudo foi o assumir de uma medida comportamental, reforçada por várias medidas cognitivas.

Consideramos ainda a utilidade em aferir o impacto de diferentes versões do dilema do prisioneiro, definidas por diferentes prémios nos 4 casos de resultados (cooperação mútua; não cooperação mútua; “traição” “ser traído”) correspondendo as pressões emocionais (“recompensa” pela cooperação; “medo” de ser traído; “ambição” de ganhar ao outro) que vão ocorrendo durante o jogo. Destacamos que na literatura foi teorizada uma relação da confiança interpessoal e a emoção de medo nesta situação (a confiança pode reduzir o efeito do medo), mas não com a emoção de ambição (a confiança não reduz o efeito desta última). Consideramos que em futuros estudos seja estudada separadamente a pressão do medo, e da cobiça ou ambição, para tal constituindo uma situação de jogo que seja mais prolongada no tempo, isto é com mais replicações dentro de cada tipo de

jogos. Assegurar as condições para que as crianças percebam as diferenças na estrutura entre os ganhos dos jogos parece ser importante. Há a notar que o dilema do prisioneiro tem sido utilizado nestas faixas etárias, e que, no que diz respeito à utilização de diferentes versões, não se coloca teoricamente a exigência de capacidades operatórias de nível formal, pois, neste caso, não se pressupõe uma operação de comparação numérica entre os jogos ou versões dos jogos, mas somente uma ordenação entre os resultados de empatar no vermelho, empatar no verde, trair ou ser traído em cada um deles.

No entanto, são se excluem diferenças desenvolvimentais na facilidade de diferenciar entre os tipos de jogos (diferentes ganhos), bem como em variar as suas estratégias no jogo, porventura vindo a fazer reflectir as suas crenças interpessoais na decisão de cooperação no jogo do prisioneiro. Possivelmente crianças mais velhas, com um nível de cognitivo mais profundo, percepcionavam melhor as diferenças nas três situações de cada jogo, do que as mais novas, assumindo que estas, neste estudo, não tiveram em conta essas diferenças.

Considerámos pertinente a replicação do estudo da associação das variáveis principais de confiança interpessoal e de cooperação com diferentes tipos de medidas das duas variáveis, designadamente com outro tipo de jogos para além do dilema do prisioneiro.

Pensamos que o estudo da relação entre a confiança interpessoal e a cooperação, seja em situações artificiais, como a dos jogos, seja em situações naturais, dos contextos de aprendizagem, trabalhada no contexto escolar, pode contribuir futuramente para a intervenção psicoeducativa para abordar este tipo de conceitos com os jovens, tomando desde cedo consciência da importância que estes constructos têm nas relações com os outros, tornando-as mais saudáveis e promissoras.

Bibliografia

- Ahn, T.K., Ostrom, E., Schmidt, D., Shupp, R. & Walker, J. (2001). Cooperation in PD games: Fear, greed, and history of play. *Public Choice* 106, 137-155.
- Axelrod, R. (1984). *The evolution of cooperation*. USA: Basic Books.
- Bernath, M.S. and Feshbach, N.D. (1995). Children's trust: Theory, assessment, development, and research directions. *Applied & Preventive Psychology* 4, 1-19.
- Betts, L. & Rotenberg, K. (2008). A social relations analysis of children's trust in their peers across the Early Years of School. *Social Development*, 17 (4), 1039-1055.
- Betts, L., Rotenberg, K. & Trueman, M. (2008). The Early Childhood Generalized Trust Belief Scale. *Early Childhood Research Quarterly*, 1-11.
- Byrne, B.M. (2001). *Structural Equation Modeling with AMOS. Basic Concepts, Applications, and Programming*. Mahwah, N.J.: Lawrence Erlbaum Associates.
- Coleman, J. (1990). *Foundations of Social Theory*. Cambridge, Harvard University Press.
- Deutsch, M. (1958). Trust and Suspicion. *Journal of Conflict Resolution*, 2 (4) 265-279.
- D'Hainaut, L. (1997). *Conceitos e métodos da Estatística (2ª edição)*. Lisboa: Fundação Caloust Gulbenkian.
- Dunn, J. & Schweitzer, M. (2005). Feeling and Believing: The Influence of Emotion on Trust. *Journal of Personality and Social Psychology*, 88 (5), 736 – 748.
- Ferreira, A.B. (2009). *Estudos de adequação de uma escala de crenças da confiança interpessoal para a população portuguesa*. Dissertação de Mestrado em Psicologia não publicada – Universidade de Coimbra.
- Gambetta, D. (1996). *The Sicilian Mafia: The Business of Private Protection*. Londres, Harvard University Press.
- Garcia-Marques, L. (2000). O inferno são os outros: O estudo da influência social. In J. Vala & M. B. Monteiro (Eds.). *Psicologia social* (4th ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Hansenne, M. (2004). *Psicologia da personalidade*. Lisboa: Climepsi Editores.

Hayashi, N., Ostrom, E., Walker, J. & Yamagishi, T. (1999). Reciprocity, Trust and the Sense of Control: A Cross-Societal Study. *Rationality & Society*, 11(1), 27-47.

Hochreich, D. (1973). A Children`s Scale to Measure Interpersonal Trust. *Developmental Psychology*, 9 (1), 141.

Hong, K., Bohnet, I. (2007). Status and distrust: the relevance of inequality and betrayal aversion. *Journal of economic psychology* 28, 197-213.

Hoy,W. & Tschannen-Moran,M. (1999). Five faces of trust: na empirical confirmation in urban elementary schools. *Journal of school leadership*, 9, 184 – 208.

Imber, S. (1973). Relationship of trust to Academic Performance. *Journal of Personality and Social Psychology*, Vol. 28, 1, 145 – 150.

Johnson – George, C. (1982). Measurement of Specific Interpersonal Trust: Construction and Validation of a Scale to Assess Trust in a Specific Other. *Journal of Personality and Social Psychology*, 43 (6), 1306 – 1317.

Kline, R.B. (2005). *Principles and practice of Structural Equation Modeling* (2nd ed.). New York: The Guilford Press.

Lundäsen, S. (2002). Podemos confiar nas medidas de confiança? *Opinião Pública*, Vol. VIII, nº2, 304-327.

Palmieri, M.W.A., Branco, A.U. (2004). Cooperação, competição e individualismo em uma perspectiva sócio-cultural construtivista. *Psicologia: Reflexão e crítica*, Vol. 17, nº2, 189-198.

Pestana, M & Gageiro,J. (2003). *Análise de dados para ciências sociais, a complementaridade do SPSS*. Lisboa: Edições Sílabo.

Rempel, J., Holmes, J & Zanna, M. (1985). Trust in close relationships. *Journal of Personality and Social Psychology*, 49 (1), 95-112.

Rosenberg, M. (1956). Misanthropy and political ideology. *American Sociological Review*, 21, 690-95.

Rotenberg, K. (2001). Interpersonal trust across the lifespan. *Interpersonal Psychoterapy*. 7866-7868.

Rotenberg, K. J., Sakai, A., Betts, L. R., & Maeshiro, K. (2008). A Cross-cultural scale of children`s trust beliefs in others (em

As Crenças Generalizadas de Confiança Interpessoal e a Conduta de Cooperação no Jogo “Dilema do Prisioneiro” em Crianças do 5º e do 6º ano de Escolaridade.

Alice Machado Mendes (e-mail: alicemachadomendes@hotmail.com) 2010

preparação).

Rotenberg, K., Fox, C., Green, S., Ruderman, L., Slater, K., Stevens, K. & Carlo, G. (2005). Construction and validation of a children's interpersonal trust belief scale. *British Psychological Society*, 23, 271 – 292.

Rotter, J. (1971). Generalized Expectancies for Interpersonal Trust. *American Psychologist*, 26, 443 – 452.

Santos, F.C., Pacheco, J.M., Lenaerts, T. (2006). Evolutionary Dynamics of social dilemmas in structured heterogeneous populations. *The National Academy of Sciences of the USA*, Vol.103, nº9, 3490-3494.

Sato, C.T. (2003). Gestão baseada em relações de confiança. Fundação Getulio Vargas, Vol. 2, nº1. Copyright.

Seligman, A.B. (1997). The problem of trust. Princeton, N.J.: Princeton University Press.

Stolle, D. (1998). Bowling together, bowling alone: the development of generalized trust in voluntary associations. *Political Psychology*, 19, 497-525.

Tanis, M. & Postmes, T. (2005). Short Communication, a social identity approach to trust: Interpersonal perception, group membership and trusting behavior. *European Journal of Social Psychology*, 35, 413 – 424.

Tschannen-Moran, M. & Hoy, W. (2000). A multidisciplinary analysis of the Nature, Meaning and Measurement of Trust. *Review of Educational Research*, 70 (3), 547-593.

Wright, T. & Tedeschi, G. (1975). Factor Analysis of the Interpersonal Trust Scale. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 43 (4), 470 – 477.

Yamagishi, T., Kikushi, M. & Kosugi, M. (1999). Trust, Gullibility and Social Intelligence. *Asian Journal of Social Psychology*, 2 (1), 145-161.

Anexos

A origem do Dilema do Prisioneiro

As partes são confrontadas com o dilema de competir ou cooperar. O paradigma clássico para este tipo de situações é o dilema do prisioneiro, introduzido por Luce e Raiffa (1957). Consiste num jogo inspirado numa ficção em que dois criminosos são presos e sem a possibilidade de comunicarem entre si. O juiz tem a certeza de que eles são culpados mas não tem provas suficientes para os condenar. Coloca a cada um deles a alternativa de confessar ou não o crime cometido. Se nenhum deles confessar, serão condenados por uma infracção menor – não terem licença de porte de arma. Se ambos confessarem serão condenados pela falta cometida mas com atenuantes. Mas se um confessar e o outro não, o que confessa receberá um tratamento de excepção por virtude de colaborar com a justiça, enquanto o outro será julgado com a máxima severidade.

A estratégia mais racional para cada um dos sujeitos seria confessar mas se ambos a adoptarem chegam a um resultado inferior ao que obteriam se ambos confessassem. Claro que o ideal seria a cooperação mas isso implica o risco da traição do outro conduzir a um máximo de perdas. O paradigma do dilema do prisioneiro condensa em termos abstractos muitas situações da via quotidiana.

Não há solução para o Dilema do Prisioneiro. De um ponto de vista puramente do interesse próprio (aquele que não toma em consideração os interesses do outro prisioneiro), é racional, para cada prisioneiro, confessar — e se cada um fizer o que é racional do ponto de vista do interesse próprio, ficarão ambos pior do que ficariam se tivessem escolhido de outro modo.

Na verdade, esta questão não se aplica só a situações deste género. Se tiver hipótese, aproveita para passar à frente numa fila? Lida com os seus problemas no trabalho através da omissão ou da responsabilidade? Em cada um destes casos, trata-se de problemas similares ao do prisioneiro: a melhor opção será mesmo o comportamento egoísta? Passar à frente numa fila pode ser óptimo para nós, mas é mau para todos os outros. E se eles respondessem na mesma moeda? Seria o caos, com todos a tentar passar à frente de todos, agressões e insultos. Claro que não adiantaria cooperar se mais ninguém fizesse mas, como ao fim de algum tempo todos percebem isto (e ninguém gosta do caos), a maioria das pessoas acaba por cooperar de facto.

Existe uma literatura vastíssima sobre o dilema do prisioneiro, bem como modelos sofisticados para a análise das melhores estratégias a utilizar. O paradigma do dilema do prisioneiro reveste-se de interesse mostrando que o modelo da decisão racional nem sempre conduz às soluções mais eficientes, detectando-se efeitos perversos na lógica da acção colectiva. Num jogo de n lances, se a princípio os contendores tendem a competir, à medida que o jogo se desenrola tendem a cooperar. Deve-se a Rapoport a «descoberta» da estratégia para «ensinar» a outra parte a optar pela cooperação, por ele designada “*tit-for-tat*” que poderíamos traduzir por “*olho por olho, dente por dente*”. Consiste em começar por adoptar a cooperação e responder exactamente na mesma moeda sempre que o parceiro, optando pela competição, “*trai*” (Jesuino, 1992).

Modelos de medida usados como ponto de vista comparativos.

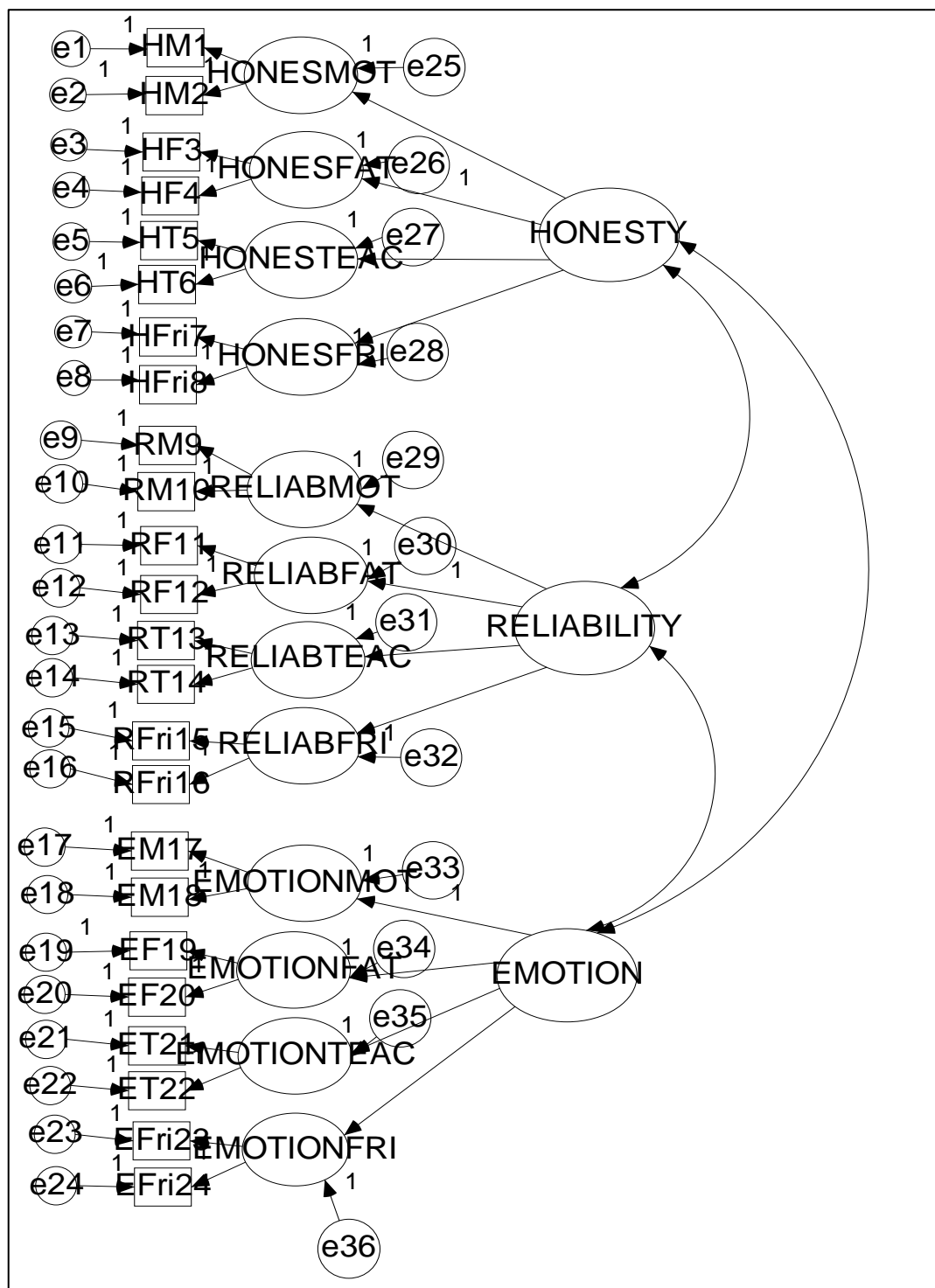


Figura 1. Modelo hierárquico com 2 níveis de factores, 12 factores de primeira ordem representados por pares de itens (base x alvo), 3 factores de segunda ordem, constituídos pelas diferentes bases e c) e admite intercorrelações entre as bases.

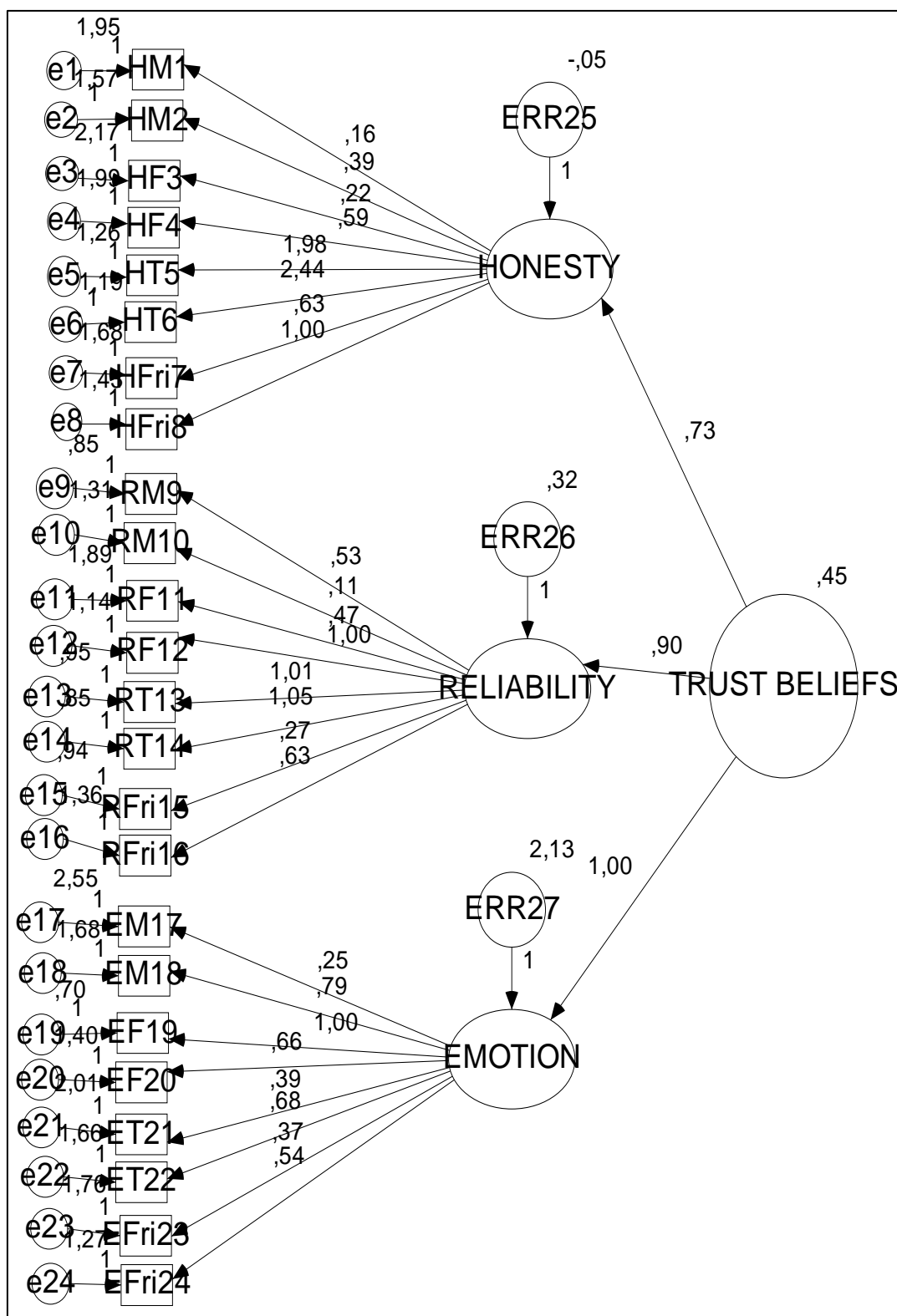


Figura 2. Modelo hierárquico com 2 níveis de factores com 3 factores de primeira ordem constituídos pelas 3 bases, directamente representadas nos seus itens (8 itens por base) e um factor geral de crenças de confiança interpessoal.

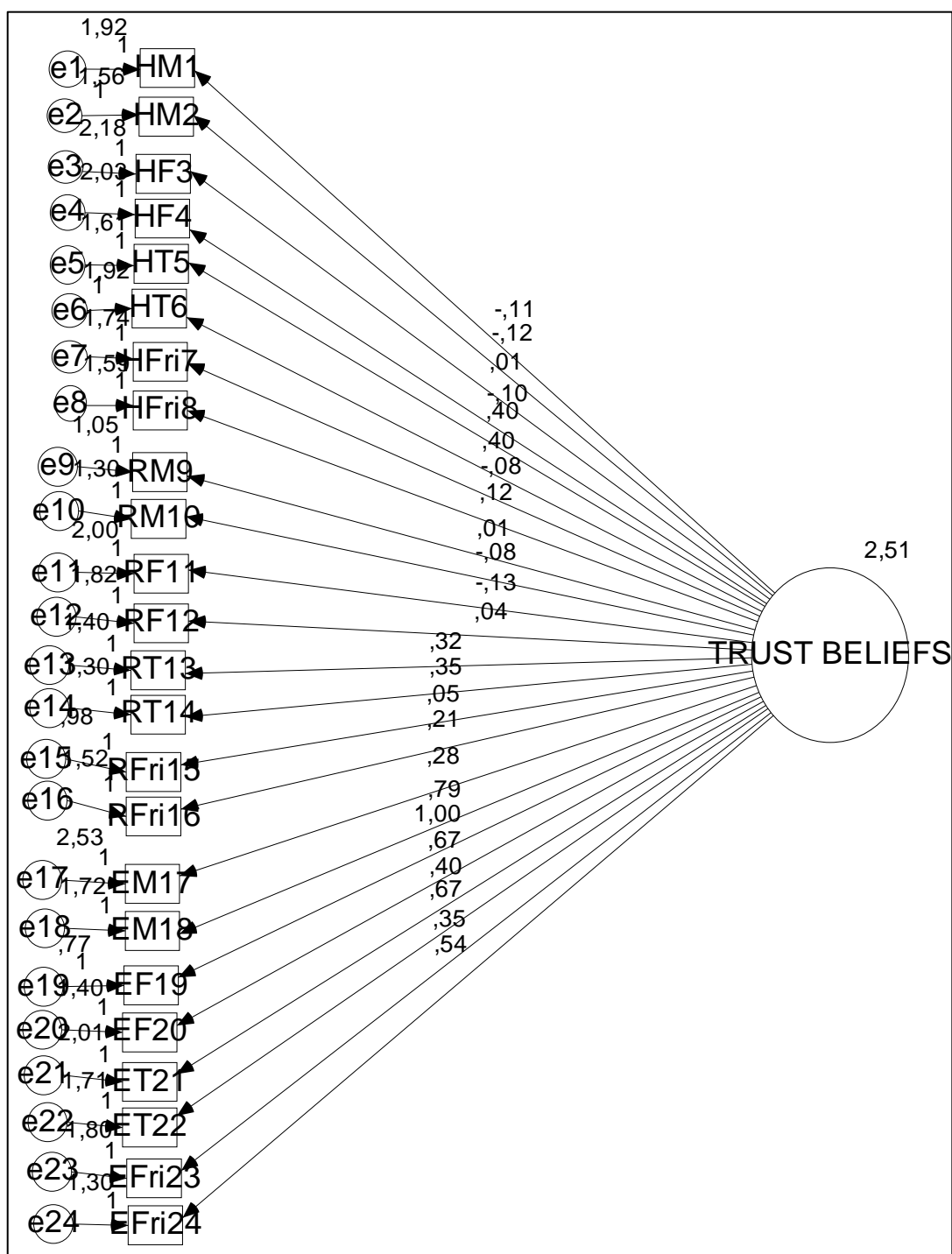



Figura 3. Modelo unifactorial em que os 24 itens dependem directamente de um factor geral de crenças de confiança interpessoal.

Procedimentos do estudo 2

DESCRIÇÃO DO JOGO

- Durante esta hora, vamos propor-vos a experiência de um jogo entre pares.
- Este jogo, como veremos, pode ter algo parecido com situações que podem ser parecidas com algumas da vida real. Mais tarde falaremos nisso.




- Fazerem o máximo de pontos, isto é, cada jogador procurará obter o máximo de pontuações.
- Os resultados deste jogo dependem do que ambos os parceiros responderem, ou seja, os vossos resultados (pontos) dependem do que o vosso par responder.
- Os pontos serão atribuídos de acordo com as regras.

2

DESCRIÇÃO DO JOGO (CONT.)

- Há uma recompensa que vai ser atribuída no final do jogo, mas só se jogarem bem, cumprindo as regras.
- Tentem obter o máximo de pontos, de acordo com o vosso resultado preferido!!!
- Em cada “jogada”, cada um de vocês dispõe de duas cartas e vai escolher uma dessas duas cartas para jogar, vermelho ou verde.



- Os resultados (pontos) dependem do conjunto, isto é, do que o vosso par jogar, de acordo com as regras enunciadas no início do jogo.
- O jogo consiste em, sem poderem conversar com o vosso par sobre o que ele vai jogar, decidirem vocês a carta que vão jogar.

- **Vamos ver então...**

3

Figura 4. Descrição e objectivos do jogo.

Antes:	Nome:		
→ O que é que espero que o outro/a colega jogue?			
Vermelho <input type="checkbox"/>	Verde <input type="checkbox"/>		
→ Qual a cor que vou escolher?			
Vermelho <input type="checkbox"/>	Verde <input type="checkbox"/>		
Depois:			
→ Qual era o meu resultado preferido?			
.....			
→ Até que ponto estou satisfeito com o jogo?			
Nada <input type="checkbox"/>	Pouco <input type="checkbox"/>	Moderado <input type="checkbox"/>	Muito <input type="checkbox"/>

Figura 5. Cartão a preencher antes e depois de cada jogada: expectativas da escolha do adversário, a decisão própria no jogo e resultado que era preferido (satisfação).

Depois de cada jogada:	Jogo 1 <input type="checkbox"/>
<u>1</u>	
→ Eu escolhi o cartão:	
→ O meu par escolheu o cartão:	
Pontuação Obtida:	
<u>2</u>	
→ Eu escolhi o cartão:	
→ O meu par escolheu o cartão:	
Pontuação Obtida:	
<u>3</u>	
→ Eu escolhi o cartão:	
→ O meu par escolheu o cartão:	
Pontuação Obtida:	

Figura 6. Cartão a preencher depois de cada jogada com perguntas relativas às condutas de cada jogador (o que a criança efectivamente escolheu, o que o seu adversário jogou e o resultado obtido).